Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 10

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 11

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 12

Demonstração de Valor Adicionado 13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 15

Balanço Patrimonial Passivo 17

Demonstração do Resultado 20

Demonstração do Resultado Abrangente 21

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 24

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 25

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 26

Demonstração de Valor Adicionado 27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 29

Notas Explicativas 36

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 118

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 122

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 123

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	225.137.769
Preferenciais	0
Total	225.137.769
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
	#Error
	#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	6.271.865	5.215.525	6.178.825
1.01	Ativo Circulante	352.097	371.547	1.133.778
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	66.726	82.668	904.910
1.01.03	Contas a Receber	27.007	4.950	110
1.01.03.01	Clientes	27.007	4.950	110
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.672	4.199	1.227
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.672	4.199	1.227
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.331	1.295	768
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	3.341	2.904	459
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	251.692	279.730	227.531
1.01.08.03	Outros	251.692	279.730	227.531
1.01.08.03.01	Dividendo e juros sobre capital próprio	240.411	251.154	218.726
1.01.08.03.02	Derivativos	0	508	0
1.01.08.03.03	Outros Créditos	11.281	28.068	8.805
1.02	Ativo Não Circulante	5.919.768	4.843.978	5.045.047
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	36.778	97.390	498.250
1.02.01.04	Contas a Receber	26.923	28.214	38.274
1.02.01.04.01	Clientes	26.923	28.214	38.274
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	9.702	69.175	459.055
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	9.702	69.175	59.030
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	0	0	400.025
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	153	1	921
1.02.01.10.03	Depositos Judiciais	1	1	1
1.02.01.10.06	Outros Créditos	0	0	920
1.02.01.10.08	Outros ativos	152	0	0
1.02.02	Investimentos	5.877.631	4.738.295	4.538.035
1.02.02.01	Participações Societárias	5.877.631	4.738.295	4.538.035
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	5.877.631	4.738.295	4.538.035

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.03	Imobilizado	1.210	1.221	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	61	72	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.149	1.149	0
1.02.04	Intangível	4.149	7.072	8.762
1.02.04.01	Intangíveis	4.149	7.072	8.762
1.02.04.01.02	Intangível	4.149	7.072	8.762

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	6.271.865	5.215.525	6.178.825
2.01	Passivo Circulante	1.156.627	289.760	1.063.883
2.01.02	Fornecedores	10.768	6.370	4.200
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.768	6.370	4.200
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.436	1.121	630
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.436	1.121	630
2.01.03.01.04	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	2.436	1.121	630
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	716.314	277.989	761.317
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	437.003	1.121	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	29.626	0	0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	407.377	1.121	0
2.01.04.02	Debêntures	279.311	276.868	761.317
2.01.04.02.01	Debêntures	279.311	276.868	761.317
2.01.05	Outras Obrigações	427.109	4.280	297.736
2.01.05.02	Outros	427.109	4.280	297.736
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	375.207	0	292.940
2.01.05.02.04	Entidade de Previdência Privada	0	0	12
2.01.05.02.06	Derivativos	45.478	990	1.354
2.01.05.02.07	Obrigações estimadas com pessoal	1.040	797	662
2.01.05.02.08	Coligadas, controladas e controladora	5.384	2.493	2.768
2.02	Passivo Não Circulante	1.070.985	718.168	556.455
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	822.121	706.140	553.559
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	378.541	434.984	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	378.541	0	0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	434.984	0
2.02.01.02	Debêntures	443.580	271.156	553.559
2.02.02	Outras Obrigações	25.102	9.104	2.896
2.02.02.02	Outros	25.102	9.104	2.896

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	97	53	0
2.02.02.02.04	Outros contas a Pagar	533	475	789
2.02.02.02.05	Derivativos	23.455	6.543	0
2.02.02.02.06	Fornecedores	1.017	2.033	2.107
2.02.03	Tributos Diferidos	223.762	2.908	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	223.762	2.908	0
2.02.04	Provisões	0	16	0
2.02.04.02	Outras Provisões	0	16	0
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	0	16	0
2.03	Patrimônio Líquido	4.044.253	4.207.597	4.558.487
2.03.01	Capital Social Realizado	2.022.783	2.022.782	935.783
2.03.02	Reservas de Capital	105.802	105.411	1.193.617
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	-74.651	-75.042	-73.836
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	180.453	180.453	180.453
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	1.087.000
2.03.04	Reservas de Lucros	1.805.131	1.958.439	2.295.830
2.03.04.01	Reserva Legal	337.143	234.994	174.118
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	663.116	157.852	157.852
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.170.400	0
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	804.872	395.193	1.963.860
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	110.537	120.965	133.257
2.03.08.01	Resultados Abrangentes Acumulados	110.537	120.965	133.257

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	258.587	108.219	615.349
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-86.308	-69.245	-98.371
3.02.01	Custo com energia elétrica	-73.512	-59.526	-33.613
3.02.02	Custo de operação	-12.796	-9.719	-64.758
3.03	Resultado Bruto	172.279	38.974	516.978
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.013.041	1.187.986	837.741
3.04.01	Despesas com Vendas	-63	1	-2.287
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.973	-11.664	-28.959
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	669.984	-39	-7.427
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.358.093	1.199.688	876.414
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.185.320	1.226.960	1.354.719
3.06	Resultado Financeiro	-139.691	133	-42.703
3.06.01	Receitas Financeiras	25.739	47.789	20.702
3.06.02	Despesas Financeiras	-165.430	-47.656	-63.405
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.045.629	1.227.093	1.312.016
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.651	-9.580	-113.679
3.08.01	Corrente	-9.602	-5.752	-114.176
3.08.02	Diferido	6.951	-3.828	497
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.042.978	1.217.513	1.198.337
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.042.978	1.217.513	1.198.337
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00907	0,00541	0,00606
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00907	0,00541	0,00606

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	2.042.978	1.217.513	1.198.337
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.288	1.471	-24.897
4.02.01	Ganhos atuariais	3.288	1.621	-23.803
4.02.02	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	-150	-1.094
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.046.266	1.218.984	1.173.440

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.341.913	1.189.473	881.140
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	167.171	42.544	563.645
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	3.592	1.778	56.593
6.01.01.02	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7	16	251
6.01.01.03	Provisões para crédito de liquidação duvidosa	63	0	34
6.01.01.04	Encargos de Dívidas, Atualizações Monetárias e Cambiais	145.906	13.345	69.005
6.01.01.05	Perda (Ganho) com Plano de Pensão	85	0	2.279
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-1.358.094	-1.199.688	-876.414
6.01.01.07	Perda na Baixa de não circulante	0	0	-119
6.01.01.09	Lucro Líquido incluindo CSLL e IRPJ	2.045.628	1.227.093	1.312.016
6.01.01.10	Efeito de valorização a valor justo de combinação de negócios	-670.016	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.174.742	1.146.929	317.495
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-20.829	5.219	-7.446
6.01.02.02	Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	1.250.260	1.195.365	523.064
6.01.02.03	Tributos a Compensar	1.530	2.587	-8.935
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	0	0	-898
6.01.02.05	Outros Ativos Operacionais	16.004	-19.132	514
6.01.02.06	Fornecedores	3.381	2.097	-4.617
6.01.02.07	Imposto de Renda e Contribuições Social Pagos	-12.933	-7.033	-102.432
6.01.02.08	Tributos e Contribuições Sociais	-36	491	-14.453
6.01.02.09	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-41	41	-1.750
6.01.02.10	Encargos de dívidas e debentures pagos	-65.786	-32.250	-63.800
6.01.02.11	Taxas Regulamentares	0	0	-30
6.01.02.12	Provisão para riscos fiscais, civeis e trabalhistas	0	0	-278
6.01.02.13	Outros Passivos Operacionais	3.192	-456	-1.444
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-56.705	176.677	-663.043
6.02.01	Aquisição e Integralização em Participações Societárias	0	0	-3.348
6.02.02	Aumento de Capital em Controlada	-83.300	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.03	Aquisições de Imobilizado	0	-1.227	-5.872
6.02.06	Adições de Intangível - outros	-28	-209	-4.313
6.02.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-252.100	-228.100	-190.500
6.02.11	Redução (Aumento) de capital em controladas em conjunto e por não controladores	266.606	0	0
6.02.12	Operações de mútuo com controladas e coligadas	62.581	406.213	-459.010
6.02.13	Valor pago em combinações de negócios, líquido do caixa adquirido	-50.464	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.301.151	-2.188.391	598.888
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	867.181	440.000	0
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-271.242	-774.038	-529.222
6.03.04	Dividendo e Juros sobre Capital Próprios Pagos	-1.833.444	-1.861.607	-53.937
6.03.06	Liquidação de operações com derivativos	-63.646	7.254	95.047
6.03.07	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	1.087.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-15.943	-822.241	816.985
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	82.669	904.910	87.925
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	66.726	82.669	904.910

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.022.783	105.411	1.958.438	0	120.965	4.207.597
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.022.783	105.411	1.958.438	0	120.965	4.207.597
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	391	-1.170.400	-1.039.601	0	-2.209.610
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.170.400	-486.557	0	-1.656.957
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-553.044	0	-553.044
5.04.08	Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	0	391	0	0	0	391
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.042.978	3.288	2.046.266
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.042.978	0	2.042.978
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.288	3.288
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	0	3.288	3.288
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.017.093	-1.003.377	-13.716	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.570.138	-1.570.138	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	13.716	-13.716	0
5.06.04	Reversão parcial da reserva estatutária de reforço de capital de giro	0	0	-553.045	553.045	0	0
5.07	Saldos Finais	2.022.783	105.802	1.805.131	0	110.537	4.044.253

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	935.783	1.193.615	2.295.831	0	133.256	4.558.485
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	935.783	1.193.615	2.295.831	0	133.256	4.558.485
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.087.000	-1.088.204	1.170.400	-2.739.067	0	-1.569.872
5.04.01	Aumentos de Capital	1.087.000	-1.087.000	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	1.170.400	-2.739.067	0	-1.568.667
5.04.08	Ganho (Perda) de Capital sem alteração no controle	0	-1.204	0	0	0	-1.205
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.217.513	1.471	1.218.984
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.217.513	0	1.217.513
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.471	1.471
5.05.02.06	Ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	0	1.620	1.620
5.05.02.07	Outros resultados abrangentes: riscos de créditos na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	-149	-149
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.507.793	1.521.554	-13.762	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	60.875	-60.875	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	13.762	-13.762	0
5.06.04	Reversão parcial da reserva estatutária de reforço de capital de giro	0	0	-1.568.668	1.568.667	0	0
5.07	Saldos Finais	2.022.783	105.411	1.958.438	0	120.965	4.207.597

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.043.922	165.636	1.557.377	0	301.818	3.068.753
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.043.922	165.636	1.557.377	0	301.818	3.068.753
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-108.139	1.027.979	0	-482.576	-281.839	155.425
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-205.120	0	-205.120
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-103.317	0	-103.317
5.04.08	Cisão	-108.139	0	0	-174.139	-281.839	-564.117
5.04.09	Ganho (Perda) de Capital sem alteração no controle	0	-59.021	0	0	0	-59.021
5.04.10	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	1.087.000	0	0	0	1.087.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.198.337	-24.897	1.173.440
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.198.337	0	1.198.337
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-24.897	-24.897
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.094	-1.094
5.05.02.06	ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	0	-23.803	-23.803
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	738.454	-715.761	138.174	160.867
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	738.454	-738.454	0	0
5.06.04	Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	0	0	0	26.982	216.758	243.740
5.06.05	Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	0	0	0	-9.174	-73.699	-82.873
5.06.06	Efeito reflexo da realização do custo atribuído	0	0	0	4.885	-4.885	0
5.07	Saldos Finais	935.783	1.193.615	2.295.831	0	133.256	4.558.485

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	285.512	121.011	690.782
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	285.546	119.702	679.739
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	29	1.308	11.077
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-63	1	-34
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	582.409	-73.519	-62.134
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-81.005	-65.510	-36.921
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.880	-7.196	-22.410
7.02.04	Outros	670.294	-813	-2.803
7.03	Valor Adicionado Bruto	867.921	47.492	628.648
7.04	Retenções	-3.593	-1.778	-56.594
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.593	-1.778	-56.594
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	864.328	45.714	572.054
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.385.064	1.249.154	897.759
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.358.093	1.199.688	876.414
7.06.02	Receitas Financeiras	26.971	49.466	21.345
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.249.392	1.294.868	1.469.813
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.249.392	1.294.868	1.469.813
7.08.01	Pessoal	13.697	10.123	27.932
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.430	8.051	16.325
7.08.01.02	Benefícios	2.689	1.651	10.223
7.08.01.03	F.G.T.S.	578	421	1.384
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	26.138	18.828	179.757
7.08.02.01	Federais	25.592	18.360	179.253
7.08.02.02	Estaduais	0	0	21
7.08.02.03	Municipais	546	468	483
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	166.580	48.404	63.787
7.08.03.01	Juros	165.420	47.650	63.341
7.08.03.02	Aluguéis	1.160	754	446

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.042.977	1.217.513	1.198.337
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	9.000	0	103.317
7.08.04.02	Dividendos	477.557	1.170.400	205.120
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.556.420	47.113	889.900

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	17.494.091	14.881.272	15.918.500
1.01	Ativo Circulante	2.158.018	1.737.775	2.632.172
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	801.084	343.114	1.340.612
1.01.02	Aplicações Financeiras	208.886	474.169	308.482
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	208.886	474.169	308.482
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	208.886	474.169	308.482
1.01.03	Contas a Receber	761.446	471.045	399.498
1.01.03.01	Clientes	761.446	471.045	399.498
1.01.06	Tributos a Recuperar	100.248	100.868	154.271
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	100.248	100.868	154.271
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	286.354	348.579	429.309
1.01.08.03	Outros	286.354	348.579	429.309
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital propio	1.515	133.623	80.647
1.01.08.03.02	Derivativos	0	508	60.338
1.01.08.03.04	Outros	196.767	156.927	263.491
1.01.08.03.05	Ativo contratual	88.072	57.521	24.833
1.02	Ativo Não Circulante	15.336.073	13.143.497	13.286.328
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.653.056	1.092.733	1.237.156
1.02.01.04	Contas a Receber	38.379	48.255	243.272
1.02.01.04.01	Clientes	38.379	48.255	243.272
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.614.677	1.044.478	993.884
1.02.01.10.03	Depositos Judiciais	108.736	17.985	16.680
1.02.01.10.04	Tributos a compensar	108.232	121.683	62.465
1.02.01.10.05	Derivativos	15.908	32.724	27.741
1.02.01.10.06	Créditos Fiscais diferidos	197.115	132.444	2.157
1.02.01.10.07	Outros	151.228	108.413	80.545
1.02.01.10.09	Ativo contratual	1.033.458	631.229	404.271
1.02.01.10.10	Mútuo entre Coligadas, Controladas e Controladora	0	0	400.025

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.02	Investimentos	576.812	1.186.894	1.015.918
1.02.02.01	Participações Societárias	576.812	1.186.894	1.015.918
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	576.812	1.186.894	1.015.918
1.02.03	Imobilizado	10.145.475	8.372.797	8.561.028
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.649.356	8.096.665	8.140.318
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	496.119	276.132	420.710
1.02.04	Intangível	2.960.730	2.491.073	2.472.226
1.02.04.01	Intangíveis	2.960.730	2.491.073	2.472.226
1.02.04.01.02	intangíveis	2.960.730	2.491.073	2.472.226

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	17.494.091	14.881.272	15.918.500
2.01	Passivo Circulante	3.160.858	2.451.604	4.510.855
2.01.02	Fornecedores	248.624	290.661	196.560
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	248.624	290.661	196.560
2.01.03	Obrigações Fiscais	425.258	201.066	129.899
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	425.258	201.066	129.899
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	362.792	154.691	57.767
2.01.03.01.04	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	62.466	46.375	72.132
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.070.050	1.321.275	1.149.945
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	626.184	127.406	274.616
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	80.171	125.178	100.540
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	546.013	2.228	174.076
2.01.04.02	Debêntures	443.866	1.193.869	875.329
2.01.04.02.02	Debêntures	443.866	1.193.869	875.329
2.01.05	Outras Obrigações	1.411.239	636.556	3.014.505
2.01.05.02	Outros	1.411.239	636.556	3.014.505
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	535.186	65.272	407.138
2.01.05.02.04	Entidade de Previdência Privada	9.191	7.786	3.161
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	27.106	23.464	22.921
2.01.05.02.06	Derivativos	45.478	990	1.354
2.01.05.02.07	Obrigações estimadas com pessoal	15.836	13.117	11.708
2.01.05.02.08	Coligadas, controladas e controladora	23.541	24.787	2.025.022
2.01.05.02.09	Uso do bem público	23.884	16.212	12.573
2.01.05.02.10	Outros contas a Pagar	731.017	484.928	530.628
2.01.06	Provisões	5.687	2.046	19.946
2.01.06.02	Outras Provisões	5.687	2.046	19.946
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	5.687	2.046	19.946
2.02	Passivo Não Circulante	6.256.412	5.183.544	3.753.666

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.792.077	1.848.280	2.470.439
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.348.497	1.219.610	690.023
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	633.015	1.066.372	546.563
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	715.482	153.238	143.460
2.02.01.02	Debêntures	443.580	628.670	1.780.416
2.02.02	Outras Obrigações	2.868.889	2.417.161	327.118
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.355.825	2.116.304	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	2.355.825	2.116.304	0
2.02.02.02	Outros	513.064	300.857	327.118
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	24.804	39.949	49.298
2.02.02.02.04	Uso do bem público	184.802	141.118	112.055
2.02.02.02.05	Outros contas a Pagar	215.831	58.015	42.703
2.02.02.02.06	Derivativos	33.410	6.543	0
2.02.02.02.07	Fornecedores	47.974	49.053	122.223
2.02.02.02.08	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	911	874	839
2.02.02.02.09	Imposto de renda e contribuição social a recolher	5.332	5.305	0
2.02.03	Tributos Diferidos	1.124.628	634.845	732.665
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.124.628	634.845	732.665
2.02.04	Provisões	470.818	283.258	223.444
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	332.205	130.446	38.490
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	183.992	2.137	3.637
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	9.460	9.423	8.734
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	138.753	118.886	26.119
2.02.04.02	Outras Provisões	138.613	152.812	184.954
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	138.613	152.812	184.954
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	8.076.821	7.246.124	7.653.979
2.03.01	Capital Social Realizado	2.022.783	2.022.783	935.783
2.03.02	Reservas de Capital	105.802	105.410	1.193.617

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	-74.651	-75.043	-73.836
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	180.453	180.453	180.453
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	1.087.000
2.03.04	Reservas de Lucros	1.805.131	1.958.439	2.295.830
2.03.04.01	Reserva Legal	337.143	234.994	174.118
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	663.116	157.852	157.852
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.170.400	0
2.03.04.11	Reserva de capital de giro	804.872	395.193	1.963.860
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	110.537	120.965	133.257
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	4.032.568	3.038.527	3.095.492

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.765.448	4.160.208	3.264.911
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.841.301	-1.806.521	-1.313.171
3.02.01	Custo com energia elétrica	-533.020	-509.006	-370.535
3.02.02	Custo de operação	-923.737	-841.813	-821.591
3.02.03	Custo de construção da infraestrutura de concessão	-384.544	-455.702	-121.045
3.03	Resultado Bruto	2.924.147	2.353.687	1.951.740
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	742.749	63.730	10.637
3.04.01	Despesas com Vendas	-15.123	-344	-2.534
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-214.574	-244.474	-179.721
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	483.715	-210.012	-216.714
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	488.731	518.560	409.606
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.666.896	2.417.417	1.962.377
3.06	Resultado Financeiro	-623.443	-280.801	-382.403
3.06.01	Receitas Financeiras	172.290	129.322	124.488
3.06.02	Despesas Financeiras	-795.733	-410.123	-506.891
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.043.453	2.136.616	1.579.974
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-284.866	-128.195	64.574
3.08.01	Corrente	-370.287	-357.596	-242.059
3.08.02	Diferido	85.421	229.401	306.633
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.758.587	2.008.421	1.644.548
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.758.587	2.008.421	1.644.548
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.042.978	1.217.513	1.198.337
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	715.610	790.909	446.211

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.758.587	2.008.421	1.644.548
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.465	1.472	-24.897
4.02.01	Ganhos atuariais	6.465	1.566	-23.803
4.02.02	Risco de marcação a mercado de passivos financeiros	0	-94	-1.094
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	2.765.052	2.009.893	1.619.651
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.046.265	1.218.984	1.173.439
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	718.787	790.909	446.212

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.024.472	2.406.382	1.911.716
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.423.497	2.632.075	2.268.345
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	761.142	710.742	698.213
6.01.01.02	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.965	84.619	20.406
6.01.01.03	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	15.122	352	64
6.01.01.04	Encargos de Dívidas, Atualizações Monetárias e Cambiais	715.429	342.013	402.674
6.01.01.05	Perda (Ganho) com Plano de Pensão	4.092	4.030	2.982
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-488.731	-518.560	-409.606
6.01.01.07	Perda na Baixa de não circulante	17.902	10.473	15.368
6.01.01.08	Lucro Líquido incluindo CSLL e IRPJ	3.043.453	2.136.617	1.579.973
6.01.01.10	Pis e Cofins Diferidos	20.139	3.767	13.434
6.01.01.11	Outros	0	34.342	-55.163
6.01.01.12	Repactuação do risco hidrológico	0	-176.320	0
6.01.01.13	Efeito de valorização a valor justo de combinação de negócios (nota 12)Efeito de valorização a valor	-670.016	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-399.025	-225.693	-356.629
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-50.175	123.848	-101.037
6.01.02.02	Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	492.676	294.609	410.919
6.01.02.03	Tributos a Compensar	-26.129	-141.184	-190.102
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-547	-486	-796
6.01.02.05	Outros Ativos Operacionais	-127.988	125.347	-90.134
6.01.02.06	Fornecedores	-74.301	-4.650	45.081
6.01.02.07	Impostos de Renda e Contribuições Social Pagos	-299.430	-241.839	-224.372
6.01.02.08	Tributos e Contribuições Sociais	-8.907	-5.566	-1.986
6.01.02.09	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-32.193	78.133	49.151
6.01.02.10	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-243.761	-142.365	-282.236
6.01.02.11	Taxas Regulamentares	-1.006	543	-474
6.01.02.12	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-3.864	-4.797	-325
6.01.02.13	Outros Passivos Operacionais	365.687	9.210	163.786

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.14	Adições de ativo contratual em Curso	-389.087	-316.496	-134.104
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	370.607	-219.685	12.659
6.02.01	Aquisição e Integralização em participações Societárias	-50.464	0	0
6.02.02	Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária	147.351	0	1.890
6.02.03	Aquisições de Imobilizado	-248.608	-451.744	-270.538
6.02.04	Títulos e Valores Mobiliários	265.284	-169.963	699.316
6.02.06	Adições de Intangível - outros	-9.562	-14.275	-12.697
6.02.12	Aumento de capital em investimento já existente	0	0	-3.348
6.02.14	Operações de mútuo com controladas e coligadas	0	413.978	-400.000
6.02.15	Redução de capital em controlada em conjunto	266.606	0	0
6.02.16	Outros	0	2.319	-1.964
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.937.108	-3.184.195	-1.179.495
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	1.242.441	639.148	123.000
6.03.02	Amortização de principal de Empréstimos e Debêntures	-1.496.487	-1.163.597	-3.918.606
6.03.04	Dividendo e Juros sobre Capital Próprios Pagos	-2.591.155	-2.761.036	-122.451
6.03.05	Operações de Mútuo com Controladas e Coligadas	-3.456	24.009	1.553.808
6.03.06	Aumento (Redução) de capital por acionistas não controladores	0	0	-5.859
6.03.08	Liquidação de operações com derivativos	-88.451	77.281	97.051
6.03.09	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	1.087.000
6.03.10	Aumento de caixa em função de aumento de participação societária	0	0	6.562
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	457.971	-997.498	744.880
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	343.114	1.340.612	595.732
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	801.085	343.114	1.340.612

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.022.783	105.411	1.958.438	0	120.965	4.207.597	3.038.527	7.246.124
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.022.783	105.411	1.958.438	0	120.965	4.207.597	3.038.527	7.246.124
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	391	-1.170.400	-1.039.602	0	-2.209.611	275.254	-1.934.357
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.170.400	-486.557	0	-1.656.957	0	-1.656.957
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-553.045	0	-553.045	0	-553.045
5.04.08	Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	0	391	0	0	0	391	436	827
5.04.09	Combinação de negócios	0	0	0	0	0	0	1.017.013	1.017.013
5.04.10	Dividendos distribuído Dividendos distribuído a não controladoresa não controladores	0	0	0	0	0	0	-742.195	-742.195
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.042.978	0	2.042.978	715.610	2.758.588
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.042.978	0	2.042.978	715.610	2.758.588
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.017.092	-1.003.376	-10.428	3.288	3.178	6.466
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.570.137	-1.570.137	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	13.716	-13.716	0	0	0
5.06.04	Reversão parcial da reserva estatutária de reforço de capital de giro	0	0	-553.045	553.045	0	0	0	0
5.06.05	Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	0	3.288	3.288	3.178	6.466
5.07	Saldos Finais	2.022.783	105.802	1.805.130	0	110.537	4.044.252	4.032.569	8.076.821

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	935.783	1.193.615	2.295.831	0	133.256	4.558.485	3.095.492	7.653.977
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	935.783	1.193.615	2.295.831	0	133.256	4.558.485	3.095.492	7.653.977
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.087.000	-1.088.204	1.170.400	-2.739.067	0	-1.569.872	-847.874	-2.417.746
5.04.01	Aumentos de Capital	1.087.000	-1.087.000	0	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	1.170.400	-2.739.067	0	-1.568.667	0	-1.568.667
5.04.08	Ganho (Perda) de Capital sem alteração no controle	0	-1.204	0	0	0	-1.205	1.373	168
5.04.09	Dividendos distribuídos a não controladores	0	0	0	0	0	0	-850.842	-850.842
5.04.10	Outros	0	0	0	0	0	0	1.595	1.595
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.217.513	1.471	1.218.984	790.909	2.009.893
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.217.513	0	1.217.513	790.909	2.008.422
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.471	1.471	0	1.471
5.05.02.06	Ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	0	1.620	1.620	0	1.620
5.05.02.07	Outros resultados abrangentes: riscos de créditos na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	-149	-149	0	-149
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.507.793	1.521.554	-13.762	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	60.875	-60.875	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	13.761	-13.762	0	0	0
5.06.04	Reversão parcial da reserva estatutária de reforço de capital de giro	0	0	-1.568.668	1.568.668	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.022.783	105.411	1.958.438	0	120.965	4.207.597	3.038.527	7.246.124

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.043.922	165.636	1.557.377	0	301.818	3.068.753	2.333.688	5.402.441
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.043.922	165.636	1.557.377	0	301.818	3.068.753	2.333.688	5.402.441
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-108.139	1.027.979	0	-482.576	-281.839	155.425	315.593	471.018
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-205.120	0	-205.120	0	-205.120
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-103.317	0	-103.317	0	-103.317
5.04.08	Cisão	-108.139	0	0	-174.139	-281.839	-564.117	420.097	-144.020
5.04.09	Ganho (Perda) de capital sem alteração no controle	0	-59.021	0	0	0	-59.021	52.452	-6.569
5.04.10	adiantamento para futuro aumento de capital	0	1.087.000	0	0	0	1.087.000	0	1.087.000
5.04.11	dividendos distribuídos a não controladores	0	0	0	0	0	0	-156.956	-156.956
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.198.337	-24.897	1.173.440	446.211	1.619.651
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.198.337	0	1.198.337	446.211	1.644.548
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-24.897	-24.897	0	-24.897
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.094	-1.094	0	-1.094
5.05.02.06	Ganhos (perdas) atuariais	0	0	0	0	-23.803	-23.803	0	-23.803
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	738.454	-715.761	138.174	160.867	0	160.867
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	738.454	-738.454	0	0	0	0
5.06.04	Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	0	0	0	26.982	216.758	243.740	0	243.740
5.06.05	Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	0	0	0	-9.174	-73.699	-82.873	0	-82.873
5.06.06	Efeito reflexo da realização do custo atribuído	0	0	0	4.885	-4.885	0	0	0
5.07	Saldos Finais	935.783	1.193.615	2.295.831	0	133.256	4.558.485	3.095.492	7.653.977

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	5.663.682	4.908.260	3.802.981
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.737.426	4.182.551	3.389.246
7.01.02	Outras Receitas	394.299	280.556	133.423
7.01.02.01	Receita relativa à contrução da infraestrutura de concessão	394.299	280.556	133.423
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	547.079	445.504	280.376
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-15.122	-351	-64
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.191.838	-1.853.908	-1.125.231
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-560.817	-543.920	-391.649
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.191.391	-1.144.998	-618.834
7.02.04	Outros	560.370	-164.990	-114.748
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.471.844	3.054.352	2.677.750
7.04	Retenções	-764.338	-714.643	-702.151
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-764.338	-714.643	-702.151
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.707.506	2.339.709	1.975.599
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	665.032	651.306	536.459
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	488.730	518.560	409.605
7.06.02	Receitas Financeiras	176.302	132.746	126.854
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.372.538	2.991.015	2.512.058
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.372.538	2.991.015	2.512.058
7.08.01	Pessoal	146.883	121.491	127.184
7.08.01.01	Remuneração Direta	114.368	94.158	88.813
7.08.01.02	Benefícios	23.678	20.250	31.207
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.837	7.083	7.164
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	641.239	411.413	184.205
7.08.02.01	Federais	638.875	409.397	183.316
7.08.02.02	Estaduais	1.602	1.518	376
7.08.02.03	Municipais	762	498	513
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	825.829	449.690	556.120

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.01	Juros	789.065	413.028	506.401
7.08.03.02	Aluguéis	36.764	36.662	49.719
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.758.587	2.008.421	1.644.549
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	9.000	0	103.317
7.08.04.02	Dividendos	477.557	2.062.722	980.277
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.272.030	-54.301	560.955

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2021, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

A CPFL Geração é a *holding* dos ativos de geração do grupo CPFL Energia, com participações em grandes empreendimentos hidrelétricos e duas usinas térmicas, além de deter 50,85% da CPFL Renováveis (em conjunto com a CPFL Energia, detêm 100%), que é líder no segmento de energia renovável.

Em novembro de 2022, foi concluída a aquisição de 3,4% do capital social da Campos Novos Energia S.A. (Enercan) pela CPFL Geração, em decorrência do exercício do direito de preferência resultante da alienação indireta das ações detidas pela Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica (CEEE-G), alcançando um aumento em nossa capacidade instalada de 29,9 MW.

Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Geração e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada predominantemente em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2022 começou sob os auspícios de uma nova onda global de Covid-19, causada pela variante Ômicron. A variante se mostrou muito mais transmissível, porém menos letal (para a população vacinada). Sua ampla disseminação, concomitante à elevação da vacinação, levou à forte redução das restrições de circulação, mundo afora. Assim, a pandemia se tornou uma questão de menor impacto econômico.

Mas, isso não significou imediata normalização da economia. Ao desequilíbrio das cadeias produtivas já existente no início de 2022 se somou um novo choque, trazido pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os temores com relação à disponibilidade de grãos, metais e energia decorrentes do conflito elevou sobremaneira os preços das principais commodities.

Por seu turno, a retomada das atividades pós-pandemia impulsionou o consumo de serviços e o mercado de trabalho, repercutindo sobre o consumo de forma geral.

Assim, ao mesmo tempo em que a demanda permaneceu elevada, a oferta continuou negativamente impactada pelas descontinuidades nas cadeias de insumos e pela guerra. A inflação global se tornou uma grande preocupação ao longo do ano.

Nessas circunstâncias, os principais bancos centrais mundiais promoveram um aperto sincronizado e significativo de condições monetárias - que, a julgar pelas sinalizações apresentadas nos mais recentes comunicados das autoridades, tenderá a se estender para os primeiros meses de 2023.

No último trimestre do ano, a atividade econômica começou a mostrar os primeiros sinais de desaceleração, bem como a inflação. Esta última tem sido beneficiada, além da desaceleração da atividade, pela progressiva normalização das cadeias produtivas e de arranjos alternativos que minimizaram os impactos do conflito russo-ucraniano sobre a oferta de commodities.

Já o Brasil foi beneficiado pela alta de preços de commodities no mercado internacional em duas frentes. A primeira foi nas contas externas: as exportações cresceram 19,3% em relação a 2021, o que nos levou a um novo recorde de balança comercial (superávit de US$ 62,3 bilhões), mesmo com expressiva expansão das importações (24,3%). O bom desempenho da balança comercial colaborou para manter em patamar confortável o déficit em transações correntes e os indicadores de endividamento externo.

O segundo benefício trazido pelos preços mais altos de commodities foi o aumento da arrecadação federal associada ao setor extrativo mineral. Impulsionadas pela forte alta das cotações internacionais do minério de ferro (2021) e do petróleo (2022), essas receitas atingiram 1,8% do PIB em 2021 e deverão chegar a 2,6% em 2022 - cifras bastante superiores à média de 0,9% do PIB observada no decênio 2011-2020. De fato, a elevação dessas receitas foi decisiva para fazer com que o setor público consolidado brasileiro voltasse a registrar superávits primários em 2021 e 2022 - algo que não se observava desde 2013.

Contudo, tais surpresas proporcionaram espaço para aumento dos gastos e desonerações. Nesse contexto, é importante notar que as incertezas envolvendo a sustentabilidade fiscal brasileira já vêm em alta desde o final de 2021, quando a principal regra fiscal em vigor - o teto de gastos federal - foi alterada para viabilizar a expansão de despesas pela União em pleno ano eleitoral. Além da aprovação da PEC dos Precatórios ainda em 2021 (que alterou a forma de correção do teto de gastos e postergou, para 2027, o pagamento de um volume de precatórios estimado em R$ 150 bilhões a R$ 200 bilhões), tivemos a aprovação da PEC "Kamikaze" em 2022 (que permitiu, dentre outras coisas, o aumento do valor do benefício pago pelo programa Auxílio-Brasil entre agosto e dezembro de 2022).

Do lado receitas, tivemos as diversas desonerações de tributos determinadas pelo governo federal ao longo de 2022, tais como a redução do IPI sobre vários produtos (que diminuiu as receitas primárias em cerca de 0,3% do PIB, em termos anualizados), do PIS/Cofins sobre combustíveis (que gera perda de receita da ordem de 0,5% do PIB ao ano) e do ICMS sobre energia elétrica, combustíveis, telecomunicações e transporte público urbano (que reduz a arrecadação em 0,8% do PIB ao ano).

Esta combinação gerou forte deterioração das perspectivas para o endividamento público. Boa parte dos analistas passou a prever alta expressiva da razão dívida/PIB ao longo da década atual (partindo de um nível em 2022 já relativamente elevado para uma economia emergente). Vale ressaltar que essa deterioração também foi claramente notada nos juros cobrados sobre títulos públicos brasileiros de médio e longo prazo em moeda local: até o final de 2020, os juros reais pagos por tais papéis oscilavam entre 4% e 4,5% a.a., tendo saltado para o intervalo de 5,5% a 6% a.a. já no final de 2021 e superado os 6% a.a. ao final de 2022.

Estas incertezas com relação à sustentabilidade fiscal foram responsáveis, em larga medida, por manter a taxa de câmbio mais pressionada no segundo semestre de 2022 – notando que a taxa chegou a recuar a R$ 4,76/US$ em abril, antes da PEC "Kamikaze" e desonerações. Em julho, o câmbio chegou a R$ 5,37/US$, voltando a oscilar em torno de R$ 5,25/US$ nos meses seguintes. Essa pressão sobre o câmbio ocorreu a despeito da forte alta dos juros reais e dos bons resultados das contas externas (forças que colaborariam para apreciação da moeda).

Por outro lado, as desonerações permitiram uma expressiva descompressão da inflação, especialmente no segundo semestre do ano, quando se registrou deflação na comparação mensal por três meses consecutivos (jul-set). Assim, a despeito de ter atingido 12,1% no acumulado em 12 meses até abril, a inflação encerrou o ano de 2022 em 5,8%. Apesar de se situar pelo segundo ano consecutivo acima do teto da meta, está bastante abaixo da taxa de 10,1% registrada no ano anterior e do que teria sido sem as medidas de desoneração (2 a 2,5 p.p. abaixo).

A atividade econômica também se beneficiou do impulso fiscal, especialmente na segunda metade do ano. O primeiro semestre foi marcado pela forte expansão do mercado de trabalho e aumento do consumo, especialmente dos serviços prestados às famílias (reflexo da retomada pós-pandemia), o que garantiu uma expansão de 1,4% em relação ao encerramento de 2021. Já as medidas de desoneração e gastos consolidaram a expansão da renda real (pelo Auxílio Brasil turbinado, consignado do Auxílio Brasil, queda da inflação, entre outros) e garantiram uma expansão do PIB no terceiro trimestre do ano, a despeito dos efeitos negativos da contração monetária já começarem a se fazer sentir e que devem ter levado o PIB a registrar um leve recuo na margem, no quarto trimestre. Assim, o Brasil deve ter assinalado um crescimento de 2,9% do PIB em 2022, superando os patamares pré-pandemia.

A desaceleração da inflação e da atividade econômica, no quarto trimestre, permitiu que o Banco Central encerrasse o ciclo de altas da Selic em setembro, em 13,75% aa, mantendo as sinalizações de que poderia voltar a elevar os juros em caso de recrudescimento das pressões inflacionárias.

Contratos de venda de energia

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras são de longo prazo e contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M, que é utilizado em nossos contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), bilaterais e do Ambiente de Contratação Livre (ACL). Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) possuem hedges de proteção de GSF e utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela subsidiária Campos Novos Energia (Enercan) utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.

3. Desempenho operacional

O ano de 2022 foi marcado por uma pior performance de nossos parques eólicos em relação a 2021. Nossa disponibilidade permaneceu em um patamar elevado no ano, de 96,0%, e contribuiu para o resultado do ano, mas apesar disso a geração eólica caiu 14,0%, dado o maior volume de chuvas no Nordeste, que impactou negativamente na performance dos

ventos na região. Os reajustes contratuais, boa parte deles em IGP-M, favoreceram o bom resultado desse período.

O portfólio da CPFL Geração é de 4.411 MW, compreendendo 8 usinas hidrelétricas (1.996 MW), 49 parques eólicos (1.391 MW), 46 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e centrais geradoras hidrelétricas (CGHs) (472 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW), 2 UTEs (182 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração. Contamos com um portfólio de 4.399 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e atualmente possuímos um projeto em construção, a PCH Lucia Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para 2024.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R$ 5.132 milhões em 2022, representando um aumento de 15,0% (R$ 668 milhões). As deduções da receita operacional foram de R$ 366 milhões em 2022, representando um aumento de 20,9% (R$ 63 milhões). A receita operacional líquida foi de R$ 4.765 milhões em 2022, representando um aumento de 14,5% (R$ 605 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): O EBITDA, foi de R$ 4.428 milhões em 2022, representando um aumento de 41,6% (R$ 1.300 milhões), devido às seguintes variações: (i) aumento de 14,5% (R$ 605 milhões) na receita líquida; (ii) redução de 15,6% (R$ 71 milhões) no custo com construção da infraestrutura; e (iii) R$ 692 milhões no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada), devido principalmente ao ganho de R$ 740 milhões em outros custos/despesas operacionais, sendo R$ 670 milhões referentes a remensuração de Enercan a valor presente, após a aquisição de 3,4%. O restante da variação do PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 21,8% (R$ 31 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Aumento de 6,7% (R$ 17 milhões) nas despesas com material e serviços de terceiros.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelas seguintes variações: (i) redução de 5,8% (R$ 30 milhões) na equivalência patrimonial; e (ii) aumento de 4,7% (24 milhões) no custo com energia elétrica e encargos.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2022	2021
Lucro Líquido	**2.758.587**	**2.008.421**
Depreciação e Amortização	761.141	710.743
Amortização Mais Valia de Ativos	579	579
Resultado Financeiro	623.443	280.801
Contribuição Social	82.485	41.444
Imposto de Renda	202.381	86.752
EBITDA	**4.428.617**	**3.128.739**

*Conforme Resolução CVM nº 156/22

Lucro líquido: a CPFL Geração apurou lucro líquido de R$ 2.759 milhões em 2022, representando um aumento de 37,4% (R$ 750 milhões), refletindo os seguintes aumentos: (i) de 41,5% (R$ 1.300 milhões) no EBITDA, (ii) de 122,0% (R$ 343 milhões) nas despesas financeiras líquidas, (iii) de 122,2% (R$ 157 milhões) no imposto de renda e contribuição social e (iv) de 7,1% (R$ 50 milhões) nas depreciações e amortizações.

Endividamento: no final de 2022, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Geração atingiu R$ 5.304 milhões, um aumento de 0,4%.

5. Investimentos

Em 2022, foram investidos R$ 258 milhões, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e manutenção de usinas e parques eólicos. Adicionalmente, houve um investimento de R$ 389 milhões na construção dos projetos de transmissão: Maracanaú, Sul I e Sul II.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Geração desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: www.cpfl.com.br/ri > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Gestão ambiental: nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos ambientais. As diretrizes e os processos que adotamos são unificados no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que assegura a conformidade de todas as operações

com as licenças ambientais e direciona os investimentos que agregam valor para toda a cadeia produtiva.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, (iv) monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade. O Programa conta, ainda, com um canal de ética gerido por uma empresa externa e independente, e um processo de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2022, temos como principal destaque a obtenção da Certificação ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Além disso, enfatizamos a premiação ABRADEE 2022 da CPFL Piratininga no quesito Responsabilidade Socioambiental; a nota máxima no quesito Ética nos Negócios do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3); a revisão do Código de Conduta Ética e da Política Anticorrupção, bem como dos demais normativos internos, e ainda, a formalização de procedimentos de *due diligence*, *background check* e *compliance risk assessment*; a aplicação da metodologia do CRA (*Compliance Risk Assessment*) para todas as diretorias da empresa; treinamentos sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores, a disponibilização do primeiro Game de Integridade e 11 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas "Integridade e diversidade", "Comportamento íntegro durante o período eleitoral", "Assédio moral e sexual", e "Comportamento íntegro e o combate à corrupção", dentre outras ações de comunicação; além de apurações de denúncias, avaliações de riscos, emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*, e aplicação do formulário de conflito de interesses.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Geração atua, em 2022 destacam-se:

(i) CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital – alcance nacional): foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente atingiu 598 mil pessoas;

(ii) Café Filosófico CPFL (programação digital – alcance nacional): produzidas 26 gravações e exibidos 102 programas na grade da TV Cultura com audiência de mais de 23 milhões de expectadores. Nos canais do Instituto CPFL e do Café Filosófico CPFL no Youtube, 127 novos vídeos foram publicados com alcance durante o ano de 180 milhões de pessoas;

Gestão de Recursos Humanos: em 2022, treinamos 33 colaboradores da base ativa, 87% já passou por algum treinamento. Foram 598 horas totais de treinamento.

Rede de Valor: em 2022, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, todos em formato online. Eles contaram com a participação de 145 parceiros e abordaram os seguintes temas: Cenário Econômico 2022, Plano Estratégico CPFL, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Práticas de Gestão, Sustentabilidade, Mercado Livre de Energia e Segurança do Trabalho.

7. Auditores independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Geração para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza
Asseguração de *covenants* financeiros
Serviços de *compliance* tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)
Revisão da ECD Contábil do ano calendário 2022
Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano

A contratação dos auditores independentes é de competência do Conselho de Administração, que analisa sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Instrução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Geração agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

Notas Explicativas

Sumário

Balanço patrimonial 3
Demonstrações dos resultados 5
Demonstrações dos resultados abrangentes 5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7
Demonstrações dos fluxos de caixa 9
Demonstrações do valor adicionado 10
(1) CONTEXTO OPERACIONAL 11
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 14
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS 15
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO 26
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 27
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 27
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS 28
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR 29
(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS 30
(10) ATIVO CONTRATUAL 33
(11) OUTROS ATIVOS 34
(12) INVESTIMENTOS 34
(13) IMOBILIZADO 42
(14) INTANGÍVEL 43
(15) FORNECEDORES 45
(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS 45
(17) DEBÊNTURES 50
(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA 54
(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER 60
(20) PROVISÕES 61
(21) USO DO BEM PÚBLICO 64
(22) ADIANTAMENTOS 64
(23) OUTRAS CONTAS A PAGAR 65
(24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO 65
(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA 67
(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA 68
(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 68
(28) RESULTADO FINANCEIRO 69
(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 69
(30) SEGUROS 72
(31) GESTÃO DE RISCOS 72
(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS 74

Notas Explicativas

(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA 80
(34) COMPROMISSOS 80
(35) EVENTOS SUBSEQUENTES 80

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Nota explicativa**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	66.726	82.668	801.084	343.114
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	208.886	474.169
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	27.007	4.950	761.446	471.045
Dividendo e juros sobre o capital próprio	12	240.411	251.154	1.515	133.623
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	3.331	1.295	21.216	28.661
Outros tributos a compensar	8	3.341	2.904	79.032	72.207
Derivativos	32	-	508	-	508
Estoques		-	-	74.082	63.385
Ativo contratual	10	-	-	88.072	57.521
Outros ativos	11	11.281	28.068	122.685	93.542
Total do circulante		**352.097**	**371.547**	**2.158.018**	**1.737.775**
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	26.923	28.214	38.379	48.256
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	29	9.702	69.175	-	-
Depósitos judiciais	20	1	1	108.736	17.986
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	-	-	100.631	109.466
Outros tributos a compensar	8	-	-	7.601	12.217
Derivativos	32	-	-	15.908	32.724
Créditos fiscais diferidos	9	-	-	197.115	132.444
Outros ativos	11	152	-	151.228	108.413
Investimentos	12	5.877.631	4.738.295	576.812	1.186.894
Imobilizado	13	1.209	1.221	10.145.475	8.372.797
Ativo contratual	10	-	-	1.033.458	631.229
Intangível	14	4.149	7.072	2.960.730	2.491.073
Total do não circulante		**5.919.768**	**4.843.978**	**15.336.073**	**13.143.497**
Total do ativo		**6.271.865**	**5.215.525**	**17.494.091**	**14.881.272**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Fornecedores	15	10.768	6.370	248.624	290.661
Empréstimos e financiamentos	16	437.003	1.121	626.184	127.406
Debêntures	17	279.311	276.868	443.866	1.193.869
Entidade de previdência privada	18	-	-	9.191	7.786
Taxas regulamentares		-	-	27.106	23.464
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	-	-	362.792	154.691
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	2.436	1.121	62.466	46.376
Mútuos entre coligadas, controladas e controladora	29	-	-	23.541	24.787
Dividendo e juros sobre capital próprio		375.207	-	535.186	65.272
Obrigações estimadas com pessoal		1.040	797	15.836	13.117
Derivativos	32	45.478	990	45.478	990
Provisões para desmobilização e gastos ambientais	20	-	-	5.687	2.046
Uso do bem público	21	-	-	23.884	16.212
Adiantamentos	22	1.856	382	633.482	410.420
Outras contas a pagar	23	3.528	2.111	97.534	74.507
Total do circulante		**1.156.628**	**289.760**	**3.160.858**	**2.451.604**
Não circulante					
Fornecedores	15	1.017	2.033	47.974	49.053
Empréstimos e financiamentos	16	378.541	434.984	1.348.497	1.219.611
Debêntures	17	443.580	271.156	443.580	628.670
Mútuos entre coligadas, controladas e controladora	29	-	-	2.355.825	2.116.304
Entidade de previdência privada	18	97	53	24.804	39.949
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	-	-	5.332	5.305
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	-	-	911	874
Débitos fiscais diferidos	9	223.762	2.908	1.124.628	634.845
Provisões para desmobilização e gastos ambientais	20	-	16	470.818	283.258
Derivativos	32	23.455	6.543	33.410	6.543
Uso do bem público	21	-	-	184.802	141.118
Adiantamentos		205	322	116.711	43.192
Outras contas a pagar	23	328	153	99.120	14.824
Total do não circulante		**1.070.985**	**718.168**	**6.256.412**	**5.183.544**
Patrimônio líquido	**24**				
Capital social		2.022.783	2.022.783	2.022.783	2.022.783
Reserva de capital		105.802	105.411	105.802	105.411
Reserva legal		337.143	234.994	337.143	234.994
Reserva de retenção de lucros para investimento		663.116	157.852	663.116	157.852
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		804.872	395.193	804.872	395.193
Dividendo		-	1.170.400	-	1.170.400
Resultado abrangente acumulado		110.537	120.965	110.537	120.965
		4.044.252	**4.207.597**	**4.044.252**	**4.207.597**
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	12	-	-	4.032.568	3.038.527
Total do patrimônio líquido		**4.044.252**	**4.207.597**	**8.076.820**	**7.246.124**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**6.271.865**	**5.215.525**	**17.494.091**	**14.881.272**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	**25**	**258.587**	**108.219**	**4.765.448**	**4.160.208**
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	26	(73.512)	(59.526)	(533.020)	(509.006)
Custo com operação		**(12.796)**	**(9.719)**	**(923.737)**	**(841.813)**
Depreciação e amortização		(630)	-	(577.886)	(531.472)
Outros custos com operação	27	(12.166)	(9.719)	(345.851)	(310.341)
Custo do serviço prestado a terceiros	**27**	**-**	**-**	**(384.544)**	**(455.702)**
Lucro operacional bruto		**172.279**	**38.974**	**2.924.147**	**2.353.687**
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		**(63)**	**1**	**(15.123)**	**(344)**
Depreciação e amortização		-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(63)	1	(15.123)	(344)
Outras despesas com vendas	27	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas		**(14.973)**	**(11.664)**	**(214.574)**	**(244.474)**
Depreciação e amortização		(2.963)	(1.778)	(15.709)	(11.149)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(12.010)	(9.886)	(198.865)	(233.325)
Outras despesas operacionais		**669.983**	**(39)**	**483.715**	**(210.012)**
Amortização de intangível da concessão		-	-	(167.547)	(168.122)
Outras despesas operacionais	27	669.983	(39)	651.262	(41.890)
Resultado do serviço		**827.226**	**27.272**	**3.178.166**	**1.898.858**
Resultado de participações societárias	12	1.358.093	1.199.688	488.731	518.560
Resultado financeiro	**28**				
Receitas financeiras		25.739	47.789	172.290	129.322
Despesas financeiras		(165.430)	(47.656)	(795.733)	(410.123)
		(139.691)	**133**	**(623.443)**	**(280.801)**
Lucro antes dos tributos		**2.045.628**	**1.227.093**	**3.043.453**	**2.136.617**
Contribuição social	9	(146)	(2.483)	(82.485)	(41.444)
Imposto de renda	9	(2.505)	(7.097)	(202.381)	(86.752)
		(2.651)	**(9.580)**	**(284.866)**	**(128.196)**
Lucro líquido do exercício		**2.042.978**	**1.217.513**	**2.758.587**	**2.008.421**
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		-	-	2.042.978	1.217.513
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	715.610	790.909
Lucro líquido por lote de mil ações - R$		9,07	5,41	0	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**2.042.978**	**1.217.513**	**2.758.587**	**2.008.421**
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidas dos efeitos tributários	3.288	1.621	6.465	1.566
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	(149)	-	(94)
Resultado abrangente do exercício	**2.046.265**	**1.218.984**	**2.765.052**	**2.009.892**
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores			2.046.265	1.218.983
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			718.787	790.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

			Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado				Participação de acionistas não controladores		
	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de Lucro a Realizar	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Dividendo	Custo atribuído	Entidade de previdência privada	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.022.783**	**105.411**	**234.994**	**553.045**	**-**	**1.170.400**	**148.476**	**(27.510)**	**-**	**4.207.597**	**3.038.527**	**7.246.124**
Resultado abrangente total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.288**	**2.042.978**	**2.046.265**	**718.787**	**2.765.052**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.042.978	2.042.978	715.610	2.758.587
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	3.288	-	3.288	3.178	6.465
Mutações internas do patrimônio líquido	**-**	**-**	**102.149**	**914.943**	**-**	**-**	**(13.716)**		**(1.003.376)**	**-**	**-**	**-**
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(13.716)	-	13.716	-	-	-
Constituição de reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	663.116	-	-		-	(663.116)	-	-	-
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	804.872	-	-	-	-	(804.872)	-	-	-
Reversão parcial da reserva estatutária de reforço de capital de giro	-	-	-	(553.045)	-	-	-	-	553.045	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	102.149		-	-	-	-	(102.149)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	**-**	**391**	**-**	**-**	**-**	**(1.170.400)**	**-**	**-**	**(1.039.602)**	**(2.209.610)**	**275.254**	**(1.934.356)**
Combinação de negócio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.017.013	1.017.013
Aprovação do juros sobre o capital próprio adicional proposto - JCP	-	-	-	-	-	-	-	-	(553.045)	(553.045)	-	(553.045)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.000)	(9.000)	-	(9.000)
Aprovação dividendo minimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(367.557)	(367.557)	-	(367.557)
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	(110.000)	(110.000)	-	(110.000)
Dividendos adicional proposto	-	-	-	-	-	(1.170.400)	-	-	-	(1.170.400)	-	(1.170.400)
Dividendos distribuído a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(742.195)	(742.195)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	391	-	-	-	-	-	-	-	391	436	827
Saldos em 31 dezembro de 2022	**2.022.783**	**105.802**	**337.143**	**1.467.988**	**-**	**-**	**134.759**	**(24.223)**	**-**	**4.044.252**	**4.032.568**	**8.076.820**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

			Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado					Participação de acionistas não controladores		
	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de Lucro a Realizar	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Dividendo	Custo atribuído	Entidade de previdência privada	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**935.783**	**106.617**	**174.118**	**2.121.712**	**1.087.000**	**-**	**162.238**	**(29.131)**	**149**	**-**	**4.558.486**	**3.095.492**	**7.653.977**
Resultado abrangente total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.621**	**(149)**	**1.217.513**	**1.218.984**	**790.909**	**2.009.893**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.217.513	1.217.513	790.909	2.008.421
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	(149)	-	(149)	-	(149)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	1.621	-	-	1.621	-	1.621
Mutações internas do patrimônio líquido	**-**	**-**	**60.876**	**(1.568.667)**	**-**	**-**	**(13.762)**			**1.521.554**	**-**	**-**	**-**
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(13.762)	-	-	13.762	-	-	-
Reversão parcial da reserva estatutária de reforço de capital de giro	-	-	-	(1.568.667)	-	-	-	-	-	1.568.667	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	60.876		-	-	-	-	-	(60.876)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	**1.087.000**	**(1.205)**	**-**	**-**	**(1.087.000)**	**1.170.400**	**-**	**-**	**-**	**(2.739.067)**	**(1.569.872)**	**(847.873)**	**(2.417.746)**
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(877.617)	(877.617)	-	(877.617)
Dividendo minimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(691.050)	(691.050)	-	(691.050)
Dividendos adicional proposto	-	-	-	-	-	1.170.400	-	-	-	(1.170.400)	-	-	-
Dividendos distribuído a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(850.841)	(850.841)
Aumento de capital por integralização de AFAC	1.087.000	-	-	-	(1.087.000)	-							
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(1.205)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.205)	1.373	168
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.595	1.595
Saldos em 31 dezembro de 2021	**2.022.783**	**105.411**	**234.994**	**553.045**	**-**	**1.170.400**	**148.476**	**(27.510)**	**-**	**-**	**4.207.597**	**3.038.527**	**7.246.124**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL Geração Energia S.A.
.Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos tributos	**2.045.628**	**1.227.093**	**3.043.453**	**2.136.617**
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	3.592	1.778	761.142	710.743
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7	16	4.964	84.619
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	63	-	15.122	352
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	145.906	13.345	715.429	342.013
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	85	-	4.092	4.030
Equivalência patrimonial	(1.358.094)	(1.199.688)	(488.731)	(518.560)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	-	-	17.902	10.473
PIS e COFINS diferidos	-	-	20.139	3.766
Repactuação do risco hidrológico	-	-	-	(176.320)
Efeito de valorização a valor justo de combinação de negócios (nota 12)	(670.016)		(670.016)	-
Outros	-	-	-	34.343
	167.171	**42.544**	**3.423.497**	**2.632.075**
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(20.829)	5.219	(50.175)	123.848
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	1.250.260	1.195.365	492.676	294.609
Tributos a compensar	1.530	2.587	(26.129)	(141.185)
Depósitos judiciais	-	-	(547)	(486)
Adições de ativo contratual em curso	-	-	(389.087)	(316.496)
Outros ativos operacionais	16.004	(19.132)	(127.988)	125.348
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	3.381	2.097	(74.301)	(4.650)
Outros tributos e contribuições sociais	(36)	491	(32.193)	78.133
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(41)	41	(8.907)	(5.566)
Taxas regulamentares	-	-	(1.006)	543
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-	-	(3.864)	(4.797)
Outros passivos operacionais	3.192	(456)	365.687	9.210
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	**1.420.632**	**1.228.756**	**3.567.664**	**2.790.586**
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(65.786)	(32.250)	(243.761)	(142.365)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.933)	(7.033)	(299.430)	(241.839)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**1.341.913**	**1.189.473**	**3.024.472**	**2.406.381**
Atividades de investimentos				
Valor pago em combinações de negócios, líquido do caixa adquirido	(50.464)	-	(50.464)	-
Aumento de capital em investidas	(83.300)	-	-	-
Redução de capital em subsidiárias	266.606	-	266.606	-
Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária	-	-	147.351	-
Aquisições de imobilizado	-	(1.227)	(248.608)	(451.744)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	-	-	(112.561)	(247.949)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	-	-	377.845	77.986
Adições de Intangível	(28)	(209)	(9.562)	(14.275)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(252.100)	(228.100)	-	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	(1)	(34.624)	-	-
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	62.582	440.837	-	413.978
Outros	-	-	-	2.319
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	**(56.705)**	**176.677**	**370.607**	**(219.685)**
Atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e debêntures	867.181	440.000	1.242.441	639.148
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(271.242)	(774.038)	(1.496.487)	(1.163.597)
Liquidação de operações com derivativos	(63.646)	7.254	(88.451)	77.281
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(1.833.444)	(1.861.607)	(2.591.155)	(2.761.035)
Captações de mútuos com controladas e coligadas	-	-	9.103	24.926
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	-	-	(12.559)	(917)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	**(1.301.151)**	**(2.188.391)**	**(2.937.108)**	**(3.184.195)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(15.943)	(822.241)	457.971	(997.498)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	82.668	904.910	343.114	1.340.612
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**66.726**	**82.668**	**801.084**	**343.114**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
1 - Receita	**285.512**	**121.011**	**5.663.682**	**4.908.259**
1.1 Receita de venda de energia e serviços	285.546	119.702	4.737.426	4.182.551
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	29	1.308	547.079	445.504
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	394.299	280.556
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(63)	1	(15.122)	(351)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	**582.409**	**(73.514)**	**(1.191.838)**	**(1.853.905)**
2.1 Custo com energia elétrica	(81.005)	(65.506)	(560.817)	(543.920)
2.2 Material	(272)	(1.383)	(497.601)	(435.264)
2.3 Serviços de terceiros	(6.608)	(5.812)	(693.790)	(709.734)
2.4 Outros	670.294	(813)	560.370	(164.990)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	**867.921**	**47.497**	**4.471.844**	**3.054.355**
4 - Retenções	**(3.593)**	**(1.778)**	**(764.338)**	**(714.643)**
4.1 Depreciação e amortização	(3.593)	(1.778)	(596.791)	(546.521)
4.2 Amortização do intangível de concessão	-	-	(167.547)	(168.122)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	**864.328**	**45.719**	**3.707.506**	**2.339.709**
6 - Valor adicionado recebido em transferência	**1.385.064**	**1.249.154**	**665.032**	**651.306**
6.1 Receitas financeiras	26.971	49.466	176.302	132.746
6.2 Equivalência patrimonial	1.358.093	1.199.688	488.730	518.560
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	**2.249.393**	**1.294.868**	**4.372.538**	**2.991.015**
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	**13.697**	**10.123**	**146.881**	**121.491**
8.1.1 Remuneração direta	10.430	8.052	114.368	94.157
8.1.2 Benefícios	2.688	1.651	23.676	20.250
8.1.3 F.G.T.S	578	421	8.837	7.083
8.2 Impostos, taxas e contribuições	**26.138**	**18.828**	**641.239**	**411.414**
8.2.1 Federais	25.592	18.360	638.875	409.398
8.2.2 Estaduais	-	-	1.602	1.518
8.2.3 Municipais	546	468	762	498
8.3 Remuneração de capital de terceiros	**166.580**	**48.404**	**825.831**	**449.690**
8.3.1 Juros	165.420	47.650	789.065	413.028
8.3.2 Aluguéis	1.160	754	36.764	36.662
8.4 Remuneração de capital próprio	**2.042.978**	**1.217.513**	**2.758.587**	**2.008.421**
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	9.000	-	9.000	-
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	477.557	1.170.400	477.557	2.062.722
8.4.3 Lucros retidos	1.556.420	47.113	2.272.030	(54.301)
	2.249.393	**1.294.868**	**4.372.538**	**2.991.015**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia e com participação no capital social de outras Companhias. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1632, Jardim Professora Tarcília, CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

Empresas consolidadas – Controladas

Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN")

A Companhia assumiu o controle da Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN") em 17 de novembro de 2022, após a aquisição de 3,39% do capital social da subsidiária, detendo a participação acionária de 52,12% (anteriormente 48,72%, anteriormente controlada em conjunto, registrada por equivalência patrimonial até a data de troca de controle). Para mais detalhes vide nota 12.5.1.

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN")

A Companhia detém e controla com participação de 65%, a CERAN que é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista, conforme contrato de concessão é de 360 MW. O início da operação da Usina Hidrelétrica ("UHE") Monte Claro foi em dezembro de 2004, da UHE Castro Alves em março de 2008 e da UHE 14 de Julho em dezembro de 2008. A concessão se encerra em 2039, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis")

A Companhia detém e controla com participação de 50,85%, a CPFL Renováveis que é uma sociedade por ações de capital aberto, que possui operação nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná,Rio Grande do Sul e Goiás, e tem como principais atividades (i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis, (ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e (iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2022, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 108 empreendimentos com 3,1 GW de capacidade instalada (3.090,4 MW em operação), sendo:

- Geração de energia hidrelétrica: 47 pequenas centrais hidrelétricas e centrais geradoras hidrelétricas – PCHs/CGHs (485 MW) com 46 PCHs/CGHs em operação (457,1 MW) e 1 PCH em construção (28 MW), 3 usinas hidroelétricas – UHEs em operação (848 MW - 51,54% sobre a energia assegurada e potência da UHE Serra da Mesa, cuja concessão pertence a Furnas, 25,01% da BAESA - Energética Barra Grande S.A. "BAESA" e 100% de Rio do Peixe);
- Geração de energia eólica: 49 empreendimentos em operação (1.390,2 MW);
- Geração de energia a partir de biomassa: 8 usinas em operação (394 MW);
- Geração de energia solar: 1 usina solar em operação (1,1 MW).

CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda. ("CPFL Piracicaba")

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Piracicaba é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em 2012, pela CPFL Geração, para operar na concessão vencida no Leilão de Transmissão ANEEL 007/2012, para a construção e operação de uma subestação de 440 kV, localizada no

Notas Explicativas

município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, além de uma linha de transmissão de aproximadamente 6,5 km de extensão que foi transferida para a CTEEP conforme previsto no edital do Leilão. O serviço de transmissão da rede básica, iniciou suas operações em 02 de julho de 2015.

CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda. ("CPFL Morro Agudo")

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Morro Agudo é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em janeiro de 2015 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2014, estando em construção uma subestação de 500/138 kV, localizada no município de Morro Agudo, no Estado de São Paulo, bem como uma linha de transmissão de aproximadamente 1 km de extensão, que será transferida para a Ribeirão Preto Transmissão de Energia S.A. – RPTE, conforme previsto no edital do Leilão. O serviço de transmissão da rede básica, iniciou suas operações em 02 de julho de 2017.

CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda. ("CPFL Maracanaú")

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Maracanaú é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em julho de 2018 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 002/2018, uma subestação de 230/69 kV – 3X150MVA, localizada no município de Maracanaú, no Estado do Ceará, além de um trecho de linha de transmissão de aproximadamente 2km de extensão. O serviço de transmissão da rede básica, iniciou suas operações em 06 de maio de 2012.

CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda. ("CPFL Sul I")

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul I é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em março de 2019 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 05 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, constituído por um novo pátio de 230 kV na SE Itá, com três bancos de transformadores 525/230 kV e duas linhas de transmissão em circuito duplo 230 kV a partir dessa subestação, sendo a primeira para a SE Pinhalzinho 2 com 105 km de extensão, e a segunda para a SE Xanxerê com 55 km. O serviço de transmissão da rede básica, iniciou suas operações em 14 de dezembro de 2022.

CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda. ("CPFL Sul II")

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul II é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em março de 2019 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 11 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, quais sejam, a implantação da SE Porto Alegre 1 230/ 69 /13,8 kV- 3X83MVA, da SE Vila Maria 230 / 138 / 13,8 kV – 2X150MVA fruto do seccionamento da linha de transmissão 230kV Passo Fundo - Nova Prata, a implantação da SE Osório 3 230 kV a partir do seccionamento da linha de transmissão 230 kV Lagoa dos Barros – Osório 2, e ainda a implantação de outros três trechos de linha 230 kV em circuito simples, sendo o primeiro com aproximadamente 66 km ligando a SE Osorio 3 – Gravataí 3, o segundo (subterrâneo) com aproximadamente 3,6 km ligando a SE Porto Alegre1- SE Jardim Botânico e o terceiro (subterrâneo) com aproximadamente 4 km ligando a SE Porto Alegre 1 – SE Porto Alegre 8. O serviço de transmissão da rede básica, iniciou suas operações em 02 de setembro de 2022.

Empreendimentos controlados em conjunto

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")

Controlado em conjunto com participação de 53,34% a partir de 01 de fevereiro de 2015, a EPASA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) Usinas Termoelétricas ("UTE"), denominadas "UTE Termoparaíba" e "UTE Termonordeste", ambas movidas a óleo combustível, cuja potência instalada é de 170,8 MW cada, que entraram em operação respectivamente em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011. As referidas usinas receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica.

Notas Explicativas

As UTEs Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, este custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário ("CVU") declarado pela energia gerada. Assim, há 2 tipos de Receita nas UTEs:

- Receita fixa: que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE.
- Receita variável: refere-se à receita da energia gerada pelas UTEs e valorada ao CVU, que é o valor do custo variável para cada MW/h gerado pelas UTEs, expresso em R$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis.

Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense")

Controlado em conjunto com participação de 51%, a Chapecoense é uma sociedade por ações de capital fechado que detém a participação integral na Foz do Chapecó Energia S.A. ("Foz do Chapecó"), sendo também uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, localizado no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada é de 855 MW. Em 2010, entraram em operação 3 (três) unidades geradoras com potência instalada de 213,75 MW cada, cujas datas foram 14 de outubro, 23 de novembro, 30 de dezembro, sendo que a quarta e última unidade entrou em operação em 12 de março de 2011. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

1.1 Mudanças Climáticas

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa "GEE".

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor.

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendencias globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro* a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação "Nossa jornada contra as mudanças climáticas" a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). Acesse a publicação em: www.cpfl.com.br/ri > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Mais informações sobre comercialização de créditos de carbono, IRECs e outras soluções de baixo carbono oferecidas aos clientes estão disponíveis em www.cpflsolucoes.com.br.

O impacto das mudanças climáticas foi considerado no contexto da preparação das demonstrações financeiras, nas principais estimativas e julgamentos contábeis críticos da Companhia.

*Compensando as emissões dos escopos 1, 2 e 3

Notas Explicativas

Capital Circulante Líquido Negativo

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras consolidada o capital circulante líquido negativo no montante de R$ 1.002.840 (R$ 713.829 em 2021).

A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido, através do suporte que a Controladora CPFL Energia tem como um todo em caso de eventuais necessidades de caixa para honrar com os compromissos.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade *("IFRS" – International Financial Reporting Standards),* emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia e suas controladas também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 13 de março de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de instrumentos financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

Notas Explicativas

- Nota 7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 9 - Créditos e débitos fiscais diferidos;
- Nota 10 - Ativo contratual;
- Nota 11 - Outros ativos;
- Nota 12.4 - Combinação de negócios;
- Nota 13 - Imobilizado;
- Nota 14 - Intangível;
- Nota 16 - Empréstimos e financiamentos;
- Nota 18 - Entidade de previdência privada;
- Nota 20 - Provisões; e
- Nota 32 - Instrumentos financeiros.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia e suas controladas.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia das controladas, e dos empreendimentos controlados em conjunto é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Administração da Companhia utiliza-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em atividades de geração e transmissão de energia elétrica, em uma única natureza, (“Geração”).

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto pelas empresas BAESA, Chapecoense e EPASA que são registradas por equivalência patrimonial, as demais entidades são consolidadas de forma integral. Apesar de deter mais do que 50% da participação acionária das entidades EPASA e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos, uma vez que a análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2022 a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros, detida nas controladas CERAN e subsidiárias não integrais da CPFL Renováveis.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

Notas Explicativas

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Contratos de concessão

Transmissoras:

As transmissoras controladas da Companhia, são responsáveis por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão.

A transmissora de energia tem a obrigação de manter sua infraestrutura de transmissão disponível para seus usuários para garantir o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A infraestrutura de transmissão é classificada como ativo contratual. O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho, investimentos em construção e melhorias e não somente a passagem do tempo.

Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Companhia atribuiu margens para reconhecimento de receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após alocação das respectivas margens.

Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme políticas contábeis, esclarece que:

i. A companhia atribuiu margens esperadas de construção entre 5% e 29%, antes dos impostos, e de operação e manutenção de até 45% no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não de construção de ativos, não são reconhecidas margens.

ii. A atualização monetária do ativo contratual reconhecida pela taxa implícita é estabelecida no início de cada projeto após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% e 13% a.a.

iii. A companhia monitora o retorno dos seus investimentos de transmissão e atualmente a taxa nominal antes dos impostos esperada para seus projetos varia entre 12% a.a. e 16% a.a.

3.3 Instrumentos financeiros

– **Ativos financeiros**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O

Notas Explicativas

desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment.* As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à

Notas Explicativas

Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

– a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

– como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

– os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

– como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

– a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

– **Passivos financeiros**

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para

cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32.

- **Capital social**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16 / IAS 2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

3.5 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2 % a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução n° 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.6 Intangível e Ativo Contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, *software* e servidão de passagem.

Notas Explicativas

O ágio (*"goodwill"*) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de "resultado de participações societárias" em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como "amortização de intangível de concessão" em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter duas origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

(i) Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente.

(ii) Uso do bem público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

3.7 Redução ao valor recuperável ("*impairment*")

– **Ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.
A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

Notas Explicativas

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9/CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses)*, contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– **Ativos não financeiros**

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio ("*goodwill*"), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.9 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

(i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as

insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

(ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.10 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir a parcela do lucro estabelecida no Estatuto Social como dividendo obrigatório não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei 6404/76, ou se o Estatuto for omisso, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supramencionado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado no passivo, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.11 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na obrigação de desempenho que é atendida com base no valor da energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras.

Notas Explicativas

- Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos mensalmente pelo regime de competência sobre o montante a receber da receita de construção.
- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações reconhecidos mensalmente pelo regime de competência.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia e suas controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.13 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.14 Arrendamentos

Com a adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento a Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia ou a controlada esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

Notas Explicativas

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de depreciação/amortização aplicado para itens similares do ativo imobilizado e/ou intangível de direito de concessão (distribuidoras) e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.15 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output.*

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculada pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio ("*goodwill*"). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.16 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.
As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as

controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras da controlada CPFL Renováveis são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas.

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da CPFL Geração na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 12.4.3.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.17 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2022, a Companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 25/IAS 37 sobre custos para cumprir um contrato, considerando avaliações a fim de identificar se existem contratos onerosos. Também adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 (R1) / IFRS 3, sobre a atualização da norma de definição relacionada à Estrutura Conceitual. E por fim, destaca-se as alterações referentes ao CPC 27 / IAS 16 de ativo imobilizado, de proibição da entidade em deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo não estiver pronto para uso. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas assim como as destacadas acima não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.18 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 8)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas contábeis de mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração".

Em relação às demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar

entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo de “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”, considerando que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

(c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações sobre o CPC 32 / IAS 12)

Em maio de 2021 o IASB emitiu alterações *ao* IAS 12 (norma correlata ao CPC 32), qual, estabelece o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis, que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 / IAS 1)

Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Imobilizado, Intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, do intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros

Notas Explicativas

de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32), e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos bancários	253	1.694	9.613	17.284
Aplicações financeiras	66.472	80.974	791.471	325.831
Aplicação de curtissímo prazo (a)	-	-	877	-
Titulo de crédito privado (b)	66.472	80.974	689.698	282.235
Fundos de investimento (c)	-	-	100.896	43.596
Total	**66.726**	**82.668**	**801.084**	**343.114**

(a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

(b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) no montante de R$ 617.822 (R$ 169.083 em 31 de dezembro de 2021) e (ii) Operações Compromissadas em debêntures no montante de R$ 71.876 (R$ 113.152 em 31 de dezembro de 20210) realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional. Todos com liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média de 102,46% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) para CDB e 84,89% para Operações Compromissadas (102,29% do CDI para CDB e 81,74% do CDI para Operações Compromissadas em 31 de dezembro de 2021).

(c) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 101,09% do CDI (101,4% do CDI em 31 de dezembro de 2021), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB’s e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
Títulos e valores mobiliários	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Através de fundos de investimentos (a)	208.886	474.169
Total	**208.886**	**474.169**

(a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 101,09% do CDI (101,4% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora				Consolidado				
	vincendos	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021	vincendos	até 90 dias	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
Circulante									
Operações realizadas na CCEE (a)	1.258	-	1.258	6	65.063	20.208	-	85.271	84.653
Concessionárias e permissionárias	24.934	85	25.019	4.989	443.890	226.744	5.572	676.207	386.797
Outros	1.119	-	1.119	402	1.046	-	-	1.046	436
	27.311	**85**	**27.396**	**5.397**	**509.999**	**246.952**	**5.572**	**762.524**	**471.886**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(389)	(447)				(1.078)	(839)
Total			**27.007**	**4.950**				**761.446**	**471.046**
Não circulante									
Operações realizadas na CCEE (a)	-	26.923	26.923	28.214	11.456	-	26.923	38.379	48.256
Total	**-**	**26.923**	**26.923**	**28.214**	**11.456**	**-**	**26.923**	**38.379**	**48.256**

(a) Operações realizadas na CCEE: o saldo do circulante refere-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica na controlada CPFL Renováveis. O saldo do não circulante de R$ 38.379 refere-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. Em 01 de dezembro de 2020, a Aneel aprovou o texto da resolução normativa que regulamenta novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, tal decisão permite a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado com redução da percepção de risco do setor elétrico. A Companhia e suas controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, consequentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota explicativa 32 d.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2020	**(504)**	**(352)**	**(856)**
Provisão revertida (constituída) líquida	(335)	(27)	**(362)**
Saldo em 31/12/2021	**(839)**	**(379)**	**(1.218)**
Provisão revertida (constituída) líquida	(238)	-	(238)
Baixa/Recuperação de receita	(121)	-	(121)
Baixa de contas a receber provisionadas	121		121
Saldo em 31/12/2022	**(1.078)**	**(379)**	**(1.457)**
Circulante	(1.078)	(379)	(1.457)

Notas Explicativas

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	2.648	314	2.655	907
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	684	967	684	8.929
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	14	17.876	18.825
Imposto de renda e contribuição social a compensar	**3.331**	**1.295**	**21.216**	**28.660**
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.257	2.852	30.569	21.699
ICMS a compensar	-	-	7.611	5.195
Programa de integração social - PIS	15	9	6.959	8.010
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	69	43	33.351	36.710
Outros	-	-	542	593
Outros tributos a compensar	**3.341**	**2.904**	**79.032**	**72.207**
Total Circulante	**6.673**	**4.199**	**100.248**	**100.868**
Não circulante				
Contribuição social a compensar - CSLL	-	-	5.300	6.569
Imposto de renda a compensar - IRPJ	-	-	95.331	102.898
Imposto de renda e contribuição social a compensar	**-**	**-**	**100.631**	**109.466**
ICMS a compensar	-	-	3.677	3.535
Programa de integração social - PIS	-	-	1.202	1.551
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	2.642	3.601
Outros	-	-	81	3.530
Outros tributos a compensar	**-**	**-**	**7.601**	**12.217**
Total não circulante	**-**	**-**	**108.232**	**121.683**

Imposto de renda e contribuição social a compensar – No consolidado em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$ 100.631 (R$ 109.466 em 31 de dezembro de 2021) da controlada CPFL Renováveis refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e crédito base negativa de exercícios anteriores.

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF - No consolidado em 31 de dezembro de 2022, inclui-se o montante de R$ 22.022 (R$ 17.471 em 31 de dezembro de 2021) da controlada CPFL Renováveis, referente a retenções sobre aplicações financeiras, que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.

COFINS - No circulante consolidado em 31 de dezembro de 2022, inclui o montante de R$ 30.659 (R$ 35.528 em 31 de dezembro de 2021) que representa os créditos apurados pela controlada CPFL Renováveis retidos de órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

Notas Explicativas

(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 – Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Crédito (Débito) de contribuição social				
Bases negativas	-	-	149.846	143.290
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(59.231)	(770)	(388.373)	(273.409)
Subtotal	**(59.231)**	**(770)**	**(238.527)**	**(130.119)**
Crédito (Débito) de imposto de renda				
Prejuízos fiscais	-	-	416.714	398.161
Benefício fiscal do intangível incorporado	-	-	6.892	8.184
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(164.531)	(2.138)	(1.065.619)	(751.791)
Subtotal	**(164.531)**	**(2.138)**	**(642.013)**	**(345.446)**
Crédito (Débito) de PIS e COFINS				
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	-	-	(46.974)	(26.835)
Total	**(223.762)**	**(2.908)**	**(927.513)**	**(502.401)**
Total crédito fiscal	-	-	197.115	132.444
Total débito fiscal	(223.762)	(2.908)	(1.124.628)	(634.845)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

9.2 – Benefício fiscal do intangível incorporado

O benefício fiscal do intangível incorporado é oriundo da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

9.3 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Controladora			
	31/12/2022		31/12/2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7	19	2	4
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35	97	40	112
Provisão relacionada a pessoal	76	211	59	164
Derivativos	2.750	7.638	(482)	(1.339)
Marcação a Mercado- Derivativos	1.412	3.921	1.114	3.095
Marcação a Mercado- Dívidas	(3.863)	(10.729)	(1.524)	(4.235)
Mais valia decorrente da Aquisição do controle da Enercan	(59.680)	(165.779)		
Outros	32	90	22	60
Total	**(59.231)**	**(164.531)**	**(770)**	**(2.138)**

Notas Explicativas

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	12.772	35.474	-	151	419	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35	97	-	40	112	-
Provisão relacionada a pessoal	578	1.606	-	561	1.559	-
Derivativos	1.162	3.228	-	(2.666)	(7.405)	-
Registro da concessão - ajuste do intangível	-	-	-	(1.814)	(3.360)	(6.131)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(13.899)	(25.739)	(46.974)	(6.292)	(11.651)	(20.704)
Marcação a Mercado- Derivativos	2.625	7.290	-	1.236	3.435	-
Marcação a Mercado- Dívidas	(5.043)	(14.007)	-	(1.727)	(4.799)	-
Depreciação acelerada incentivada	(38.968)	(108.244)	-	(26.887)	(74.686)	-
Mais valia decorrente da Aquisição do controle da Enercan	(59.680)	(165.779)	-	-	-	-
Outros	(18.732)	(52.029)	-	(7.151)	(20.021)	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis-resultado abrangente acumulado						
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	(35.978)	(99.940)	-	(39.157)	(108.769)	-
Perdas atuariais	157	438	-	162	450	-
Marcação a Mercado- Dívidas	(878)	(2.438)	-	-	-	-
Impostos diferidos - ativo:						
Combinação de negócios						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	14.592	40.533	-	15.779	43.829	-
Impostos diferidos - passivo:						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(16.056)	(44.602)	-	(16.375)	(45.487)	-
Intangível - direito de exploração/autorização em controladas indiretas adquiridas	(172.542)	(478.958)	-	(189.268)	(525.417)	-
Total	**(388.373)**	**(1.065.619)**	**(46.974)**	**(273.409)**	**(751.791)**	**(26.835)**

9.4 – Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros.

Sua composição é como segue:

	Controladora	Consolidado
Expectativa de recuperação		
2023	5.766	163.565
2024	10.413	134.048
2025	25	135.052
2026	25	120.080
2027	25	120.506
2028 a 2030	30	14.955
2031 a 2033	5	1.445
Total	**16.288**	**689.649**

Notas Explicativas

9.5 – Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda, registrados nos resultados dos exercícios de 2022 e 2021:

	Controladora			
	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	**2.045.628**	**2.045.628**	**1.227.093**	**1.227.093**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(1.358.093)	(1.358.093)	(1.199.688)	(1.199.688)
Amortização de intangível adquirido	(7.898)	-	(517)	-
Juros sobre o capital próprio	(9.000)	(9.000)	-	-
Efeito de valorização a valor justo de combinação de negócios (nota 13)	(670.016)	(670.016)	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	999	1.501	704	982
Base de cálculo	**1.620**	**10.020**	**27.592**	**28.387**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	**(146)**	**(2.505)**	**(2.483)**	**(7.097)**
Corrente	(1.986)	(7.616)	(1.470)	(4.282)
Diferido	1.840	5.111	(1.013)	(2.815)

	Consolidado			
	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	**3.043.453**	**3.043.453**	**2.136.617**	**2.136.617**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(488.731)	(488.731)	(518.560)	(518.560)
Amortização de intangível adquirido	(7.898)	-	(517)	-
Efeito regime lucro presumido	(741.458)	(831.626)	(628.711)	(715.367)
Juros sobre o capital próprio	(9.000)	(9.000)	-	-
Efeito de valorização a valor justo de combinação de negócios (nota 13)	(670.016)	(670.016)	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	84.045	82.180	70.490	72.190
Base de cálculo	**1.210.395**	**1.126.260**	**1.059.319**	**974.880**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	**(108.936)**	**(281.565)**	**(95.339)**	**(243.720)**
Ajustes de créditos fiscais	26.451	79.184	53.895	156.970
Total	**(82.485)**	**(202.382)**	**(41.444)**	**(86.752)**
Corrente	(103.894)	(266.393)	(101.116)	(256.480)
Diferido	21.409	64.012	59.673	169.728

Ajustes de créditos fiscais – refere-se ao líquido entre (i) crédito fiscal constituído sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrado em função da revisão das projeções de resultados futuros e (ii) parcela de crédito fiscal não constituído correspondente ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há provável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício de R$ 84.707 refere-se a (i) prejuízo fiscal e base negativa receita de R$ 24.394 (receita de R$ 185.957 em 2021); (ii) benefício fiscal do ágio incorporado despesa de R$ 1.292 (despesa de R$ 1.616 em 2021) e (iii) diferenças temporárias receita de R$ 61.605 (receita de R$ 26.524 em 2021).

Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada CPFL Renováveis possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos no montante de R$ 114.769 (R$ 292.018 em 31 de dezembro de 2021), por não haver, neste momento, provável certeza de geração de lucros tributáveis futuros. Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis.

Notas Explicativas

Algumas controladas da CPFL Renováveis também possuem créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2022, as principais controladas que possuem tais créditos não registrados são CPFL Renováveis R$ 69.609 (R$ 69.082 em 31 de dezembro de 2021). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

9.6 – Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas/(ganhos) atuariais	(9.796)	(9.796)	(3.187)	(3.187)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	-	-	-	-
Base de cálculo	**(9.796)**	**(9.796)**	**(3.187)**	**(3.187)**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados (*)	**-**	**-**	**-**	**-**
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	882	882	-	-
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	**882**	**882**	**-**	**-**
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	**-**	**-**	445	445
Custo atribuído de ativo imobilizado	40.870	40.870	27.064	27.064
Subtotal	**40.870**	**40.870**	**27.509**	**27.509**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	**(3.678)**	**(10.218)**	**(2.476)**	**(6.877)**
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	**(2.796)**	**(9.336)**	**(2.476)**	**(6.877)**

(*) Não houve apuração dos impostos diferidos para o resultado atuarial, por não haver expectativa de realização.

(10) ATIVO CONTRATUAL

	Consolidado
Saldo em 31/12/2020	**429.103**
Circulante	**24.833**
Não circulante	**404.271**
Adições	327.924
Remuneração e Atualização	(43.209)
Recebimento RAP	(25.070)
Saldo em 31/12/2021	**688.749**
Circulante	**57.521**
Não circulante	**631.229**
Adições	389.087
Remuneração e Atualização	67.367
Recebimento RAP	(31.690)
Reclassificação de outros créditos	8.017
Saldo em 31/12/2022	**1.121.531**
Circulante	**88.072**
Não circulante	**1.033.458**

Ativo contratual das transmissoras: refere-se ao direito à "Receita Anual Permitida – RAP" que será recebida ao longo da concessão assim como indenização ao término da concessão das controladas de transmissão.

Notas Explicativas

(11) OUTROS ATIVOS

	Controladora			Consolidado			
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Créditos a receber	-	-	-	-	-	12.210	12.210
Direito de uso	-	-	64	-	-	53.597	-
Adiantamentos - plano de previdência privada	-	-	-	266	547	-	134
Adiantamentos - fornecedores	-	-	-	42.699	19.893	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	-	-	19.973	18.026
Ordens em curso	-	-	-	(3.603)	(239)	13.453	10.594
Contratos de pré-compra de energia	-	-	-	15.385	10.432	269	3.015
Despesas antecipadas	81	108	89	24.661	17.858	4.259	4.810
Adiantamentos a funcionários	43	68	-	1.509	1.643	-	-
Indenizações	11.157	26.926	-	11.157	36.751	-	-
Outros	-	966	-	30.991	7.036	47.467	59.624
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	-	-	-	(379)	(379)	-	-
Total	**11.281**	**28.067**	**152**	**122.685**	**93.542**	**151.228**	**108.413**

Cauções, fundos e depósitos vinculados - Referem-se, basicamente, a contas reserva constituídas na controlada CPFL Renováveis, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos.

Adiantamento – fornecedores – Refere-se a adiantamento a fornecedores para o fornecimento, montagem e comissionamento de aerogeradores.

Contratos de pré-compra de energia – Pagamentos antecipados realizados pelas controladas da CPFL Renováveis, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

Indenizações – O montante de R$ 11.157, refere-se ao valor registrado na controladora de indenização pelo acordo de acionistas, para alocação dos efeitos da repactuação de GSF pela ENERCAN.

Direito de uso – Refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo líquido do Direito de uso registrado no Consolidado é de R$55.869, composto pelas classes de “Terras” e “Imóveis”, com taxa de amortização média anual 3,1% e 20%, respectivamente.

(12) INVESTIMENTOS

12.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada e controlada em conjunto	4.704.044	4.542.773	569.070	1.178.572
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 12.3)	251.200	188.100	-	-
Subtotal	4.955.244	4.730.873	569.070	1.178.572
Mais valia de ativos, líquidos	922.387	7.422	7.743	8.322
Total	**5.877.631**	**4.738.295**	**576.812**	**1.186.894**

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Notas Explicativas

Investimentos	Participação no capital-%	31/12/2022 Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2022 Participação patrimônio líquido	31/12/2021 Participação patrimônio líquido	2022 Resultado de equivalência patrimonial	2021 Resultado de equivalência patrimonial
Enercan	52,12	200.787	714.980	485.632	372.634	307.459	239.568	204.249
Chapecoense	51,00	254.509	364.978	438.534	186.139	433.866	223.652	233.816
Epasa	53,34	161.413	477.191	135.783	254.550	281.544	72.431	71.355
CPFL Renováveis	50,85	4.032.292	5.757.918	1.292.264	2.927.901	2.913.034	657.116	744.035
Ceran	65,00	120.000	283.809	58.412	184.476	210.958	37.968	91.977
CPFL Piracicaba	100,00	82.585	135.526	14.289	135.526	127.361	14.289	6.446
CPFL Morro Agudo	100,00	100.010	142.057	18.431	142.057	142.626	18.431	27.670
CPFL Maracanaú	100,00	40.589	49.227	14.518	49.227	16.509	14.518	(13.920)
CPFL Sul I	100,00	256.656	336.900	42.738	336.900	75.962	42.738	(108.405)
CPFL Sul II	100,00	274.256	365.835	45.280	365.835	221.554	45.280	(57.018)
Subtotal Investimento pelo patrimonio líquido					**4.955.244**	**4.730.873**	**1.365.991**	**1.200.205**
Amortização de mais valia de ativos					-	-	(7.898)	(517)
Total					**4.955.244**	**4.730.873**	**1.358.093**	**1.199.688**
Investimento					4.704.044	4.542.773		
Adiantamento para futuro aumento de capital					251.200	188.100		

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da Companhia, a amortização da mais valia de ativos de R$ 7.898 (R$ 517 em 2021), é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09(R2).

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas e empreendimentos controlados em conjunto nos exercícios de 2022 e 2021 é como segue:

	Saldo em 31/12/2021			Movimentação em 2022					Saldo em 31/12/2022		
Investimento	Controladora	Eliminação	Consolidado	Aumento / (Redução) de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)(*)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Outros	Controladora	Eliminação	Consolidado
EPASA	281.545	-	281.544	(32.006)	72.431	(67.421)	-	-	254.550	-	254.550
BAESA	-	-	155.703	-	-	-		-	-	-	127.288
ENERCAN	307.459	-	307.459	25.423	239.568	(199.816)	-	-	372.635	(386.781)	-
CSC Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.093
Chapecoense	433.866	-	433.866	(234.600)	223.652	(236.780)	-	-	186.139	-	186.139
CERAN	210.958	(210.958)	-	-	37.968	(64.450)	-	-	184.476	(184.476)	-
CPFL Piracicaba	127.361	(127.361)	-	-	14.289	(6.123)	-	-	135.526	(135.526)	-
CPFL Morro Agudo	142.626	(142.626)	-	-	18.431	(19.000)	-	-	142.057	(142.057)	-
CPFL Maracanaú	16.509	(16.509)	-	11.000	14.518	-	7.200	-	49.227	(49.227)	-
CPFL Sul I	75.962	(75.962)	-	73.200	42.738	-	145.000	-	336.900	(336.900)	-
CPFL Sul II	221.554	(221.554)	-	-	45.280	-	99.000	-	365.835	(365.835)	-
CPFL Renováveis	2.913.034	(2.913.034)	-	-	657.116	(645.927)	-	3.679	2.927.901	(2.927.901)	-
	4.730.874	**(3.708.004)**	**1.178.572**	**(156.983)**	**1.365.991**	**(1.239.517)**	**251.200**	**3.679**	**4.955.244**	**(4.528.703)**	**569.070**

(*) Adicionalmente, há o efeito relacionado à amortização da mais valia de ativos, líquidos, no montante de R$ 7.898 no exercício.

	Saldo em 31/12/2020			Movimentação em 2021					Saldo em 31/12/2021		
Investimento	Controladora	Eliminação	Consolidado	Aumento / (Redução) de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)(*)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Outros	Controladora	Eliminação	Consolidado
EPASA	238.063	-	238.063	-	71.355	(27.874)	-	-	281.544	-	281.544
BAESA	-	-	170.168	-	-	-		-	-	-	155.703
ENERCAN	279.065	-	279.065	-	204.247	(175.854)	-	-	307.459	-	307.459
Chapecoense	319.723	-	319.723	-	233.816	(119.673)	-	-	433.866	-	433.866
CERAN	199.615	(199.615)	-	-	91.977	(80.634)	-	-	210.958	(210.958)	-
CPFL Piracicaba	123.975	(123.975)	-	-	6.446	(3.060)	-	-	127.361	(127.361)	-
CPFL Morro Agudo	122.339	(122.339)	-	-	27.670	(7.383)	-	-	142.626	(142.626)	-
CPFL Maracanaú	30.429	(30.429)	-	-	(13.920)	-	-	-	16.509	(16.509)	-
CPFL Sul I	67.367	(67.367)	-	20.000	(108.405)	-	97.000	-	75.962	(75.962)	-
CPFL Sul II	167.472	(167.472)	-	20.000	(57.017)	-	91.100	-	221.554	(221.554)	-
CPFL Renováveis	2.982.049	(2.982.049)	-	-	744.036	(813.315)	-	266	2.913.034	(2.913.034)	-
	4.530.096	**(3.693.246)**	**1.007.016**	**40.000**	**1.200.206**	**(1.227.793)**	**188.100**	**266**	**4.730.872**	**(3.708.004)**	**1.178.572**

(*) Adicionalmente, há o efeito relacionado à amortização da mais valia de ativos, líquidos, no montante de R$ 517 no exercício.

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nos empreendimentos controlados em conjunto registrados pelo método de equivalência patrimonial:

Notas Explicativas

Investimento em controladas em conjunto	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
Baesa	127.288	155.703	(1.381)	9.721
Enercan	-	307.459	194.229	204.249
CSC Energia	1.092	-	379	-
Chapecoense	186.139	433.866	223.650	233.814
EPASA	254.550	281.544	72.431	71.355
Mais valia de ativos líquidos	7.743	8.322	(578)	(579)
	576.812	**1.186.894**	**488.731**	**518.560**

Em 2021 as controladas em conjunto Baesa e Enercan reconheceram referente ao GSF relacionado aos contratos firmados no ambiente de contratação livre (“ACL”) e ambiente de contratação regulada (“ACR“) R$ 139.537 em 2021. A Companhia e sua controlada CPFL Renováveis reconheceram no resultado de equivalência patrimonial dessas controladas em conjunto R$ 36.507 em 2021, relacionados ao ACL e ACR líquido dos impostos. Para mais informações vide nota explicativa 3.6 e 14.1.

12.2 Juros sobre o capital próprio (“JCP”) e Dividendo a receber

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendo e JCP:

	Controladora		Consolidado	
Controlada	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
ENERCAN	75.169	131.149	-	131.149
CERAN	165.242	120.005	-	-
CPFL Renováveis	-	-	1.515	2.473
	240.411	**251.154**	**1.515**	**133.623**

12.3 Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Investimentos		
CPFL Maracanaú	7.200	-
CPFL Sul I	145.000	97.000
CPFL Sul II	99.000	91.100
Total	**251.200**	**188.100**

12.4 Combinação de Negócios

12.4.1 Aquisição de ações da Campos Novos Energia S.A. (ENERCAN)

Em 29 de julho de 2022 ocorreu o leilão de privatização do controle da CEEE-G, no contexto de desestatização das empresas do Grupo CEEE pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre os investimentos que a CEEE-G detinha, destaca-se o percentual de 6,51% de participação na Campos Novos Energia S.A. (“Enercan”).

Conforme Acordo de Acionistas da ENERCAN, em caso de venda de participação por qualquer acionista, deve ser concedido direito de preferência aos demais acionistas da própria ENERCAN. Diante disso, considerando a privatização da CEEE-G, através de Fato Relevante de 6 de setembro de 2022 a Companhia manifestou o seu Direito de Preferência na aquisição das ações da Enercan.

Em 23 de setembro foi concedida anuência por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e, em 1 de novembro de 2022, a transação foi certificada pelo Conselho Administrativo de Defesa Pública – CADE.

Notas Explicativas

Em 17 de novembro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 3,39% do capital social da Enercan pelo montante de R$ 50.464. A titularidade das ações foi transferida para a CPFL Geração e o pagamento foi efetuado, o que, no entendimento da Administração (este baseado no Acordo de Acionistas e no Estatuto Social da adquirida), resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) / IFRS 3, uma vez que a CPFL Geração passou a deter o controle sobre a Enercan. Pelo fato de a Companhia ter adquirido o controle de uma empresa sobre a qual já detinha participação anterior, tal transação é considerada, conforme define o CPC 15 (R1) / IFRS 3, como uma Combinação de Negócios atingida em estágios, o que, por vez, requer a remensuração a valor justo do investimento detido anteriormente. O valor justo, em 17 de novembro de 2022 (data da aquisição) da participação societária que a CPFL Geração mantinha na Enercan imediatamente antes da aquisição era de R$ 1.034.877. Tendo em vista que o saldo contábil registrado era de R$ 364.860, a Companhia registrou um ganho de remensuração a valor justo do investimento de R$ 670.016, contabilizado na linha de Outras Receitas/Despesas Operacionais

A CPFL Geração passou a deter, portanto, participação acionária de 52,11% na Enercan (anteriormente 48,72% e registrada por equivalência patrimonial até a data de troca de controle). Sob a perspectiva do Grupo, a operação representa uma oportunidade de agregar valor através do aumento de participação em um ativo já conhecido com governança e acompanhamento recorrentes dentro do grupo.

O objeto e principal atividade operacional da Enercan é a construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica Campos Novos (“UHE Campos Novos”), localizada no rio Canoas entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, e do Sistema de Transmissão Associado. O término da concessão está previsto para 06 de janeiro de 2039.

A sede administrativa da Enercan está localizada na Rua Lauro Linhares, nº 2010, Ed. Comercial São Francisco, Bloco B, Sala 101, bairro Trindade, Florianópolis, estado de Santa Catarina, sendo uma sociedade anônima de capital fechado controlada em conjunto até o momento da transferência das ações para a CPFL Geração.

A Enercan possui uma usina de geração de energia elétrica com potência instalada de 880 MW médios, explorada através de um contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica. O Contrato de Concessão nº 43/200, outorgado em 29 de maio de 2000 pela União, prevê o direito de exploração à Enercan pelo prazo de 35 anos, podendo ser prorrogado a depender de aprovação do órgão regulador. Em novembro de 2021, a Companhia assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21, como resultado o seu prazo de concessão foi estendido em 1.318 dias, o novo prazo de encerramento de concessão será 06/01/2039.

a) Contraprestação a ser transferida

A contraprestação transferida foi de R$50.464, paga em caixa, em parcela única, em 17 de novembro de 2022. Esta contraprestação não sofrerá nenhum tipo de reajuste, por exemplo, por variações de capital de giro e de dívida líquida. Além disso, não há contraprestações contingentes nesta transação.

(i) Ativos adquiridos, passivos reconhecidos e participação de não controladores na data da aquisição

A mensuração do valor justo e a alocação do preço pago dos ativos e passivos adquiridos bem como a contabilização inicial da aquisição da ENERCAN foi apurada para as demonstrações financeiras de 17 de novembro de 2022 e no fim do período base das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2022, com base em análises conduzidas pela própria Administração, ou seja, a mensuração do valor justo foi efetuada em uma base provisória, conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 15/(R1)/IFRS 3. As técnicas de avaliação variam de acordo com o grupo de contas avaliado, sendo que podem ser: income approach, cost approach, dentre outras.

Para a mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, incluindo a mensuração do valor justo da participação de não-controladores, a administração utilizou o método de *Income Approach*, que envolve principalmente a definição de premissas sobre a taxa de desconto, taxa de crescimento e da projeção de receitas e margens operacionais da companhia adquirida. Estes valores serão confirmados após a conclusão de laudo de avaliação econômico-financeiro por avaliador independente. Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existam na data da aquisição indicarem

Notas Explicativas

ajustes nos valores justos calculados pela Administração, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista.

A totalidade do valor pago na transação foi alocada na data de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi provisoriamente alocada a ativos identificados e passivos assumidos, nenhum valor residual foi alocado como ágio (“goodwill”) nesta transação.

Entretanto, fora do âmbito do Valor Justo total identificado na transação, foi reconhecido um “*goodwill”* no montante de R$ 227.805 nas demonstrações financeiras individuais da adquirente em contrapartida a um passivo fiscal diferido, em função da mais-valia gerada na remensuração do investimento anterior (R$ 670.016) ser indedutível para fins fiscais, o que gera uma diferença entre suas bases contábil e fiscal. Nas demonstrações financeiras consolidadas, houve também a respectiva contabilização do passivo fiscal diferido sobre a mais-valia, alocada principalmente ao ativo imobilizado, sendo o *goodwill* total nas demonstrações financeiras consolidadas de R$ 451.678.

A alocação provisória do preço pago aos valores justos dos ativos e passivos adquiridos está apresentado a seguir:

	17/11/2022 Enercan Provisório
Ativos circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	147.351
Contas a receber	228.876
Despesas pagas antecipadamente	875
Impostos e contribuições a recuperar	5.080
Outros créditos	720
Ativos não circulantes	
Depositos Judiciais	89.537
Outros créditos	6.366
Investimentos	714
Imobilizado (a)	2.127.838
Intangível	237.926
Montante não alocado	-
Passivos circulantes	
Fornecedores	22.835
Salarios, provisões e contribuições sociais	897
Imposto de renda e contribição social	168.839
Impostos a recolher	14.687
Uso do bem público (UBP)	5.058
Encargos setoriais	9.101
Dividendos	220.648
Outras obrigações	5.400
Passivos não circulantes	
Uso do bem público (UBP)	41.980
Imposto de renda e contribição social diferidos	41.962
Encargos setoriais	10.753
Provisões para litígios (b)	178.767
Outras obrigações	356
Ativos líquidos adquiridos	**2.124.000**

Notas Explicativas

a) Apurado com base na natureza dos ativos e das informações apresentadas, foi aplicado o método da Quantificação do Custo e Comparativo Direto de Dados de Mercado, nível 2 da hierarquia de valor justo, tendo como principais premissas banco de preços referenciais da ANEEL, banco de preços referenciais da ANEEL orçamentos sintéticos ou analíticos e vida útil dos ativos.

b) Na combinação de negócios, para a mensuração do valor justo das contingências, nível 3 da hierarquia de valor justo, cujas probabilidades de perda eram classificadas como possível e remota, foram considerados, pela Administração e seus assessores externos e independentes por seus valores justos, cujos montantes foram mensurados com base nas análises dos advogados externos da Companhia.

Adicionalmente, nenhum ajuste de valores justos de ativos e passivos foi reconhecido no período entre a data de aquisição e a data base das demonstrações financeiras consolidadas.

(ii) Contraprestação contingente

Não consta no acordo qualquer cláusula relacionada a contraprestação contingente a ser paga a vendedora.

(iii) Ativos de indenização

O acordo não prevê quaisquer situações em que a CPFL Geração possa ser indenizada.

(iv) Passivos contingentes reconhecidos

Apresentamos abaixo os passivos contingentes reconhecidos provisoriamente no montante de R$ 81.487 na data de aquisição:

	Enercan 17/11/2022
Processos fiscais (i)	80.496
Processos cíveis (i)	556
Processos outros (i)	434
Passivo contingente preliminar	**81.487**
Provisões já registradas na controlada	97.281
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabahistas	**178.767**

i. Estes montantes representam os valores justos dos processos de natureza trabalhistas, cíveis, regulatórios e fiscais cuja conceito se enquadra em passivos contingentes que podem ser mensurados com confiabilidade. Considerando que a liquidação destes processos depende de terceiros, seja na esfera judicial ou administrativa, não é possível estimar um cronograma para ocorrência de eventuais saídas de caixa associadas a estes passivos contingentes. Nenhum ativo de indenização foi reconhecido para estes passivos contingentes.

(v) Recebíveis adquiridos

O valor justo dos recebíveis adquiridos é R$ 228.876, que é o mesmo valor contratual bruto dos recebíveis e representa a melhor estimativa da Administração de expectativa de recebimento

(vi) Entrada de caixa líquido na aquisição

Considerando que a Enercan tinha um saldo de caixa em 01 de novembro de 2022 de R$ 147.351 e que a contraprestação a ser transferida foi de R$ 50.464, a movimentação de caixa líquido na aquisição foi um aumento de caixa, no consolidado, de R$ 96.887

(vii) Receita operacional líquida e lucro líquido da controlada incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas

No período de três meses findos em 31 de dezembro de 2022, a ENERCAN contribuiu com uma receita de R$ 180.957 e lucro de R$ 86.992 às demonstrações financeiras consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2022, a Administração estima que a receita consolidada seria de R$ 40.353.817 e o lucro líquido consolidado seria de R$ 5.536.822 . Para a determinação desses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados provisoriamente na data de aquisição, teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2022.

12.5 – Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

Notas Explicativas

12.5.1 – Movimentação da participação de acionistas não controladores

	ENERCAN	CERAN	CPFL Renováveis	Total
Saldo em 31/12/2020	**-**	**107.486**	**2.988.006**	**3.095.492**
Participação acionária e no capital votante		35,00%	49,15%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	-	49.526	741.383	790.909
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	-	1.373	1.373
Dividendos distribuídos a não controladores	-	(43.418)	(807.423)	(850.841)
Outras movimentações	-	-	1.595	1.595
Saldo em 31/12/2021	**-**	**113.593**	**2.924.934**	**3.038.527**
Participação acionária e no capital votante	**-**	35,00%	49,15%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	35.976	20.444	659.189	715.610
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	3.178	3.178
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	-	436	436
Combinação de negócios (nota 13.4)	1.017.013	-	-	1.017.013
Dividendos distribuídos a não controladores	(57.869)	(34.704)	(649.622)	(742.195)
Outras movimentações	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	**995.120**	**99.333**	**2.938.115**	**4.032.568**
Participação acionária e no capital votante	47,88%	35,00%	49,15%	

12.5.2 – Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são como segue:

	31/12/2022			31/12/2021	
Ativo e Passivo	**CERAN**	**Enercan**	**CPFL Renováveis**	**CERAN**	**CPFL Renováveis**
Ativo circulante	103.120	317.077	1.432.696	138.247	1.207.299
Caixa e equivalentes de caixa	71.365	78.697	505.371	94.537	89.588
Ativo não circulante	732.634	2.872.743	10.216.025	778.464	10.666.012
Passivo circulante	332.825	400.674	1.449.146	381.197	1.868.800
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	344.272	106.008	933.415
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	-	-	24.283	-	93.962
Outros passivo financeiros	30.567	-	175.201	28.807	200.490
Passivo não circulante	219.120	710.869	4.333.559	210.964	4.166.542
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	946.903	-	1.120.719
Outros passivo financeiros	143.959	-	37.924	141.118	29.461
Patrimônio líquido	283.809	2.078.277	5.866.016	324.550	5.837.968
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	184.476	1.083.157	2.927.901	210.957	2.913.034
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	99.333	995.120	2.938.115	113.593	2.924.934

	2022			2021	
DRE	**CERAN**	**Enercan**	**CPFL Renováveis**	**CERAN**	**CPFL Renováveis**
Receita operacional líquida	255.020	180.957	3.594.703	355.676	3.426.242
Custo e despesa operacional	(95.716)	(44.252)	(934.803)	(67.180)	(999.900)
Depreciação e amortização	(41.557)	(23.843)	(692.149)	(37.940)	(671.023)
Receita de juros	5.891	3.584	118.637	4.731	35.220
Despesa de juros	(25.602)	294	(219.443)	(42.258)	(158.048)
Despesa de imposto sobre a renda	(28.799)	(42.454)	(192.027)	(70.956)	(33.482)
Lucro (prejuízo) líquido	58.412	75.135	1.316.306	141.503	1.485.418
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	37.968	39.159	1.292.264	91.977	1.463.194
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	20.444	35.976	24.041	49.526	22.224

Notas Explicativas

12.5.3 – Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2022, e 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	31/12/2022			31/12/2021			
Ativo e Passivo	**Baesa**	**Chapecoense**	**Epasa**	**Enercan**	**Baesa**	**Chapecoense**	**Epasa**
Ativo circulante	67.841	542.591	450.784	365.457	128.677	491.037	475.419
Caixa e equivalentes de caixa	21.333	381.283	299.182	168.970	52.595	209.790	165.040
Ativo não circulante	1.070.100	2.351.441	188.837	1.073.375	1.127.147	2.410.469	279.538
Passivo circulante	86.232	592.312	96.719	599.825	104.109	408.941	104.682
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	235.203	-	130.766	-	137.959	16.452
Outros passivo financeiros	73.479	142.306	6.681	34.855	78.221	111.100	26.841
Passivo não circulante	542.675	1.936.742	65.711	207.973	529.052	1.641.847	122.480
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	877.391	-	-	-	642.698	26.603
Outros passivo financeiros	448.501	1.050.961	-	40.044	435.846	964.135	-
Patrimônio líquido	509.033	364.978	477.191	631.034	622.664	850.718	527.795

	2022			2021			
DRE	**Baesa**	**Chapecoense**	**Epasa**	**Enercan**	**Baesa**	**Chapecoense**	**Epasa**
Receita operacional líquida	323.099	1.194.081	311.259	880.125	458.130	1.067.381	1.370.875
Custo e despesa operacional	(213.034)	(251.257)	(82.602)	(180.561)	(251.130)	(47.141)	(1.125.249)
Depreciação e amortização	(57.154)	(106.633)	(91.322)	(55.522)	(51.114)	(109.431)	(90.616)
Receita de juros	6.208	60.309	33.591	6.523	2.371	16.211	3.388
Despesa de juros	(67.854)	(224.185)	(4.101)	(18.695)	(102.569)	(176.461)	(4.588)
Despesa de imposto sobre a renda	4.057	(222.078)	(31.458)	(212.135)	(16.525)	(230.884)	(18.621)
Lucro (prejuízo) líquido	(5.524)	438.534	135.783	419.204	38.877	458.463	133.765
Participação acionária e no capital votante	**25,01%**	**51,00%**	**53,34%**	**48,72%**	**25,01%**	**51,00%**	**53,34%**

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades Epasa e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelos empreendimentos controlados em conjunto Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendos à Companhia acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

12.5.4 – Operação controlada em conjunto

A Companhia por meio da controlada direta CPFL Renováveis possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028.

Notas Explicativas

(13) IMOBILIZADO

	Controladora		
	Máquinas e equipamentos	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2020	**-**	**-**	**-**
Adições	-	1.228	1.228
Transferências	79	(79)	-
Depreciação	(7)	-	(7)
Saldo em 31/12/2021	**72**	**1.149**	**1.221**
Custo histórico	79	1.149	1.228
Depreciação acumulada	(7)	-	(7)
Depreciação	(12)	-	(11)
Saldo em 31/12/2022	**60**	**1.149**	**1.209**
Custo histórico	79	1.149	1.228
Depreciação acumulada	(19)	-	(18)
Taxa média de depreciação	**14,30%**		

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2020	**163.407**	**1.261.718**	**910.350**	**5.800.449**	**1.106**	**3.287**	**420.710**	**8.561.028**
Custo histórico	223.567	2.225.889	1.612.234	9.814.600	3.207	10.581	420.710	14.310.788
Depreciação acumulada	(60.160)	(964.171)	(701.884)	(4.014.151)	(2.102)	(7.292)	-	(5.749.760)
Adições	-	-	-	-	-	-	456.766	456.766
Baixas	-	-	(83.989)	(54.284)	(691)	-	-	(138.964)
Transferências	2.658	1.195	70.323	528.784	189	73	(603.221)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	1.877	1.877
Depreciação	(4.246)	(51.115)	(48.839)	(434.501)	(273)	(471)	-	(539.445)
Baixa da depreciação	-	-	6.215	24.659	660	-	-	31.534
Saldo em 31/12/2021	**161.819**	**1.211.798**	**854.061**	**5.865.107**	**990**	**2.891**	**276.132**	**8.372.798**
Custo histórico	226.225	2.227.084	1.598.568	10.289.100	2.705	10.654	276.132	14.630.468
Depreciação acumulada	(64.406)	(1.015.286)	(744.507)	(4.423.993)	(1.715)	(7.763)	-	(6.257.670)
Adições	-	-	-	-	-	-	248.608	248.608
Baixas	-	(15.377)	-	(40.556)	-	-	(5.197)	(61.130)
Transferências	23	3.480	16.459	18.969	163	-	(39.093)	-
Depreciação	(4.238)	(55.389)	(77.478)	(434.488)	(273)	(444)	-	(572.310)
Baixa da depreciação	-	-	10.791	18.878	-	-	-	29.669
Combinação de negócios	6.560	1.543.599	198.709	362.983	106	215	15.669	2.127.838
Saldo em 31/12/2022	**164.163**	**2.688.111**	**1.002.542**	**5.790.893**	**986**	**2.661**	**496.119**	**10.145.475**
Custo histórico	237.143	4.252.566	1.841.369	10.907.307	3.099	11.359	496.119	17.748.962
Depreciação acumulada	(72.980)	(1.564.455)	(838.825)	(5.116.414)	(2.114)	(8.699)	-	(7.603.487)
Taxa média de depreciação 2021	**3,86%**	**2,33%**	**3,11%**	**4,23%**	**15,24%**	**5,45%**		
Taxa média de depreciação 2022	**3,86%**	**1,23%**	**4,67%**	**4,06%**	**13,37%**	**5,29%**		

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da controlada CPFL Renováveis, com imobilizado em curso de R$ 496.119 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 276.132 em 31 de dezembro de 2021), que com destaque para obras de manutenção e construção da PCH Cherobin.

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, nas linhas de “Depreciação e amortização”.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota 16, é de aproximadamente R$ 602.386 (R$ 679.350 em 31 de dezembro de 2021), sendo o principal montante relacionado à controlada CPFL Renováveis.

Notas Explicativas

13.1 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. No exercício de 2022, algumas unidades geradoras de caixa do segmento de geração, cujo valor contábil total é de R$ 408.170, apontaram indicativos que eventualmente pudessem gerar uma mudança na projeção de geração de caixa. A Companhia efetuou o respectivo teste de recuperabilidade utilizando o modelo de *income approach,* sendo as principais premissas de projeção a quantidade física de energia, preços contratados e taxa de desconto, cujos resultados não apontaram necessidade de provisão para recuperação. Em 2021 não houve necessidade de provisão de recuperação.

(14) INTANGÍVEL

	Controladora
	Outros ativos intangíveis
Saldo em 31/12/2020	**8.762**
Custo histórico	24.813
Amortização acumulada	(16.051)
Adições	209
Amortização	(1.771)
Baixa e transferência - outros ativos	(128)
Saldo em 31/12/2021	**7.072**
Custo histórico	24.894
Amortização acumulada	(17.823)
Adições	29
Amortização	(2.952)
Saldo em 31/12/2022	**14.173**
Custo histórico	24.923
Amortização acumulada	(20.774)

Notas Explicativas

	Consolidado				
		Direito de concessão			
	Ágio	Adquirido em combinações de negócio	Uso do bem público/ GSF	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2020	**-**	**2.344.543**	**30.325**	**97.358**	**2.472.226**
Custo histórico	-	4.065.989	44.519	173.280	4.283.788
Amortização acumulada	-	(1.721.446)	(14.195)	(75.921)	(1.811.562)
Adições	-	-	176.320	29.181	205.501
Amortização	-	(168.122)	(7.799)	(7.116)	(183.037)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(1.614)	-	(2.005)	(3.619)
Saldo em 31/12/2021	**-**	**2.174.808**	**198.846**	**117.419**	**2.491.073**
Custo histórico	-	4.065.993	220.839	200.566	4.487.398
Amortização acumulada	-	(1.891.182)	(21.993)	(83.148)	(1.996.323)
Adições	-	-	-	9.562	9.562
Amortização	-	(167.547)	(11.308)	(19.836)	(198.691)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(8.642)	-	(530)	(9.172)
Combinação de negócios	430.032	-	12.253	225.674	667.959
Saldo em 31/12/2022	**430.032**	**1.998.619**	**199.791**	**332.288**	**2.960.730**
Custo histórico	430.032	4.065.993	233.092	435.802	5.164.919
Amortização acumulada	-	(2.067.374)	(33.301)	(103.514)	(2.204.189)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) “depreciação e amortização” para a amortização do Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em Combinação de Negócios.

14.1 UBP/Intangível de concessão

Em 09 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, com vistas à compensação por riscos não-hidrológicos às usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Em 1° de dezembro de 2020, a Aneel aprovou a Resolução Normativa (REN) nº 895, que regulamenta a Lei nº 14.052/2020 e que deverá permitir a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado, com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Baseada nessa resolução, a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) apresentou ao mercado e à ANEEL os cálculos individualizados por usina com o respectivo prazo de extensão de cada outorga.
Em 30 de março de 2021 foi publicada a REN nº 930, retificando o entendimento sobre o alcance dos benefícios e concedendo compensação aos geradores que repactuaram a energia do ambiente de contratação regulada (ACR) para os anos de 2012 a 2014.

Após publicação da REN nº 930/2021, o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou representação solicitando esclarecimentos por parte da ANEEL e determinando a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da REN nº 930/2021, inclusive quanto a homologar valores de compensação ou estender prazo de outorga de usinas integrantes do MRE que aderirem ao art. 2º da Lei nº 14.052/2020, até que fosse analisado o mérito da representação.

Em 13 de julho de 2021, porém, foi sancionada a Lei nº 14.182/2021 que deu nova redação a Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga.

Como consequência, as subsidiárias que contemplam o primeiro grupo de empresas, reconheceram ativos intangíveis oriundos da extensão de concessão em contrapartida da rubrica “custos operacionais”. O ativo foi

reconhecido no montante total de R$ 175.904 em 2021) Esses montantes representam o valor justo do ressarcimento ao qual às Companhias do grupo possuem direito a receber, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de a 9,63%.

14.2 – Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2022 e 2021 não houve necessidade de provisão de recuperação.

(15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	8.406	5.436	71.365	86.121
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	23.468	13.906
Materiais e serviços	2.363	934	164.282	190.633
Total	**10.768**	**6.370**	**248.624**	**290.661**
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	-	-	37.924	29.461
Materiais e serviços	1.017	2.033	10.050	19.592
Total	**1.017**	**2.033**	**47.974**	**49.053**

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora				
Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
CDI	-	379.620	29.627	-	409.247
Gastos com captação	**-**	**(1.439)**	**360**	-	**(1.079)**
Total moeda nacional	**-**	**378.181**	**29.987**	**-**	**408.168**
Mensuradas ao valor justo					
Moeda estrangeira					
Dólar	453.044	-	4.300	(4.382)	423.581
Marcação a mercado	(16.938)		733		(16.205)
Total moeda estrangeira	**436.106**	**-**	**5.033**	**(4.382)**	**407.376**
Total	**436.106**	**378.181**	**35.020**	**(4.382)**	**815.544**
Circulante	**1.121**				**437.003**
Não Circulante	**434.984**				**378.541**

Notas Explicativas

	Controladora			
Modalidade	Captação	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Mensuradas ao custo				
Moeda nacional				
Dólar	440.000	1.121	11.922	453.043
Gastos com captação	**-**	**(16.938)**	-	**(16.938)**
Total moeda nacional	**440.000**	**(15.817)**	**11.922**	**436.105**
Total	**440.000**	**(15.817)**	**11.922**	**436.105**
Circulante				**1.121**
Não Circulante				**434.984**

	Consolidado						
Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	3.894	-	(2.592)	79	-	(81)	1.299
TJLP	424.707	-	(47.919)	33.675	-	(31.100)	379.363
IPCA	205.676	81.774	(900)	13.055	-	(23.547)	276.058
CDI	97.431	379.620	(42.400)	37.028	-	(7.229)	464.451
IGPM	29.205	-	(17.767)	3.856	-	(2.042)	13.252
Gastos com captação	**(4.347)**	**(1.954)**	**-**	**1.412**	**-**	-	**(4.889)**
Total moeda nacional	**756.565**	**459.440**	**(111.578)**	**89.105**	**-**	**(64.000)**	**1.129.534**
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	610.613	294.000	-	13.614	(26.751)	(11.391)	880.085
Marcação a mercado	(20.162)			(14.776)			(34.938)
Total moeda estrangeira	**590.451**	**294.000**	**-**	**(1.162)**	**(26.751)**	**(11.391)**	**845.147**
Total	**1.347.016**	**753.440**	**(111.578)**	**87.943**	**(26.751)**	**(75.391)**	**1.974.681**
Circulante	**127.406**						**626.184**
Não Circulante	**1.219.611**						**1.348.497**

Notas Explicativas

	Consolidado						
Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	6.489	-	(2.592)	5.297	-	(5.301)	3.893
Pós Fixado							
TJLP	474.954	-	(50.245)	29.545	-	(29.547)	424.707
TLP (IPCA)	-	199.148	-	12.826	-	(6.298)	205.676
CDI	129.842	-	(33.801)	4.472	-	(3.082)	97.431
IGP-M	38.922	-	(16.125)	9.569	-	(3.161)	29.205
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total moeda nacional	**650.207**	**199.148**	**(102.763)**	**61.709**	**-**	**(47.389)**	**760.912**
Gastos com captação	**(3.106)**	**-**	**-**	**(1.241)**	**-**	**-**	**(4.347)**
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	319.277	440.000	(180.797)	6.339	31.988	(6.194)	610.613
Marcação a mercado	(1.739)	-	-	(18.423)	-	-	(20.162)
Total moeda estrangeira	**317.538**	**440.000**	**(180.797)**	**(12.084)**	**31.988**	**(6.194)**	**590.451**
Total	**964.639**	**639.148**	**(283.560)**	**48.384**	**31.988**	**(53.583)**	**1.347.017**
Circulante	**274.616**						**127.406**
Não circulante	**690.023**						**1.219.611**

Em consonância com o CPC 48 os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia e de suas controladas, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que é depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2022, os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R$ 34.938 (R$ 20.162 em 31 de dezembro 2021), que aliados aos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R$ 34.933 (R$ 13.484 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação cambial (nota 32), geraram um ganho líquido não realizado de R$ 69.871 (ganho líquido de R$ 33.646 em 31 de dezembro de 2021).

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Modalidade	Encargos financeiros anuais		Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo						
Moeda Nacional						
Pré fixado						
FINAME	Pré fixado de 2,5% a 5,5%	(a)	1.298	3.893	2019 a 2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Conta Reserva e Conta Centralizadora; (iv) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid
			1.298	**3.893**		
Pós fixado						
TJLP						
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 5,5%	(b)	379.364	424.707	2020 a 2039	(i) Penhor e Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Contas Reserva e Centralizadora; (iv) Penhor de Ações (v) Penhor de direitos emergentes das autorizações pela Aneel; (vi) Penhor de Ações das Beneficiárias; (vii) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; (viii) Fiança Bancária
			379.364	**424.707**		
IPCA						
BNB	IPCA + de 1,06 a 2,08%	(c)	215.796	205.676	2022 a 2044	Fiança bancária
FINEM	IPCA + 4,182273%		60.265	-	2022 a 2036	(i) Alienação Fiduciária de Bens; (ii) Alienação Fiduciária de Recebíveis; (iii) Penhor de Ações; (iv) Penhor de Direitos Emergentes autorizados pela Aneel; (v) Penhor de Recebíveis / Direitos Creditórios de Contratos Operacionais; (vi) Garantia Corporativa da Controladora; (vii) Garantia Bancária; (viii) Conta reserva
			276.061	**205.676**		
CDI						
Empréstimos bancários	105% do CDI e CDI + 1,9%	(c)	464.451	97.432	2019 a 2023	Estrutura de ações preferenciais resgataveis e Fiança da CPFL Renováveis
			464.451	**97.432**		
IGPM						
Empréstimos bancários	IGPM + 8,63%		**13.250**	**29.205**	2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebiveis de contratos de operação
			13.250	**29.205**		
Gastos com captação			**(4.888)**	**(4.347)**		
Total moeda nacional			**1.129.535**	**756.566**		
Mensuradas ao valor justo						
Moeda Estrangeira						
Dólar						
Emprestimos bancários (Lei 4.131)	US$ + 2,07% a 3,29%		880.085	610.614	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
			880.085	**610.614**		
Marcação a mercado			**(34.938)**	**(20.163)**		
Total moeda estrangeira			**845.147**	**590.451**		
Total			**1.974.681**	**1.347.017**		

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem *swap* convertendo variação cambial em variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI (b) De 60% a 110% do CDI (c) De 100% a 130% do CDI

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Notas Explicativas

Ano de vencimento	Consolidado
2024	414.036
2025	110.957
2026	440.757
2027	62.362
2028	155.792
2029 a 2033	103.294
2034 a 2038	67.734
2039 a 2043	12.298
Subtotal	**1.367.230**
Marcação a mercado	(18.733)
Total	**1.348.497**

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

	Variação acumulada %		Consolidado % da dívida	
Indexador	2022	2021	31/12/2022	31/12/2021
IGPM	5,45	17,79	0,67	2,14
IPCA	5,79	10,06	13,98	15,08
TJLP	6,78	4,80	19,21	31,14
CDI	13,65	4,40	23,52	7,14
Outros			42,62	44,50
			100,00	100,00

Principais adições no exercício:

	Montantes R$ mil								
Modalidade Empresa	Total aprovado	Liberado em 2022	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro e taxa efetiva anual	Custo Hedge	Cláusula restritiva - covenant financeiro	Taxa efetiva com derivativo
Moeda nacional									
Lei 4131									
CPFL Renováveis	294.000	294.000	Semestral	Parcela única em março de 2024	Capital de Giro	USD + 2,57%	CDI + 1,05%	(b)	CDI + 1,05%
IPCA - BNDES									
CPFL Renováveis - SPE Cherobim	221.936	60.000	Trimestral	Mensal após 07/2024	Investimento	IPCA + 4,18%		(h)	Não se aplica
Transmissão Maracanaú	42.422	21.774	Trimestral	Mensal após 09/2022	Investimento	IPCA + 3,14%		(h)	Não se aplica
Nota Promissória/Comercial									
CPFL Geração	379.620	379.620	Parcela única em outubro de 2024	Parcela única em outubro de 2024	Investimento	CDI + 0,96%		(h)	Não se aplica
	937.978	**755.394**							

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais *(cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos na demonstração financeira individual de subsidiárias da CPFL Renováveis, detentoras do contrato

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.
- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,0.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio líquido dividido pelo ativo total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora					
Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo						
pós fixado						
TJLP	-	-	-	-	-	-
CDI	548.315	-	(271.242)	46.559	(47.912)	275.720
Gastos com captação	(291)	-	-	205	-	(86)
Total ao custo	**548.024**	**-**	**(271.242)**	**46.764**	**(47.912)**	**275.634**
Mensuradas ao valor justo						
pós fixado						
IPCA	-	489.000	-	21.157	(13.492)	496.665
Marcaçao a mercado	-	-	-	(49.408)	-	(49.408)
Total ao valor justo	**-**	**489.000**	**-**	**(28.251)**	**(13.492)**	**447.257**
Total	**548.024**	**489.000**	**(271.242)**	**18.513**	**(61.404)**	**722.891**
	276.868					**279.311**
	271.156					**443.580**

	Controladora				
Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	1.256.846	(711.367)	31.681	(28.846)	548.314
IPCA	58.840	(62.670)	7.235	(3.404)	-
Gastos com captação	**(810)**	**-**	**519**	**-**	(291)
Total ao custo	**1.314.876**	**(774.037)**	**39.435**	**(32.250)**	**548.023**
Total	**1.314.876**	**(774.037)**	**39.435**	**(32.250)**	**548.024**
Circulante	**761.317**				**276.868**
Não circulante	**553.559**				**271.156**

Notas Explicativas

	Consolidado					
Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	1.502.159	-	(1.050.915)	125.910	(136.844)	440.312
IPCA	323.455	-	(333.995)	28.576	(18.035)	-
Gastos com captação	(3.075)	-	**-**	**2.952**	**-**	**(123)**
Total ao custo	**1.822.539**	**-**	**(1.384.910)**	**157.438**	**(154.879)**	**440.189**
Mensuradas ao valor justo						
pós fixado						
IPCA	-	489.000	-	21.157	(13.492)	496.665
Marcaçao a mercado	-	-	-	(49.408)	-	(49.408)
Total ao valor justo	**-**	**489.000**	**-**	**(28.251)**	**(13.492)**	**447.257**
Total	**1.822.539**	**489.000**	**(1.384.910)**	**129.187**	**(168.371)**	**887.446**
Circulante	**1.193.869**					**443.866**
Não circulante	**628.670**					**443.580**

	Consolidado				
Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	2.309.151	(817.367)	79.568	(69.194)	1.502.159
IPCA	351.828	(62.670)	53.888	(19.589)	323.455
Total ao custo	**2.660.979**	**(880.037)**	**133.456**	**(88.783)**	**1.825.614**
Gastos com captação	**(5.235)**	**-**	**2.159**	**-**	**(3.076)**
Total	**2.655.744**	**(880.037)**	**135.615**	**(88.783)**	**1.822.539**
Circulante	**875.329**				**1.193.869**
Não circulante	**1.780.416**				**628.670**

Notas Explicativas

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

			Consolidado			
Modalidade	**Encargos financeiros anuais**		**31/12/2022**	**31/12/2021**	**Faixa de vencimento**	**Garantia**
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	(i) De 103,6% a 109,75% do CDI (ii) CDI + 0,75% a 0,83%	(a)	275.720	654.792	2018 a 2025	Fiança da CPFL Energia
	De 104,75% a 110% do CDI	(a)	164.592	847.368	2020 a 2023	Não existem garantias
IPCA	IPCA + de 4,30% a 5,8%	(b)	-	323.455	2021 a 2031	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação			**(123)**	**(3.075)**		
Total mensuradas ao custo			**440.189**	**1.822.538**		
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	IPCA + 6,02%		496.665	-	2024 a 2029	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado			(49.408)	-		
Total mensuradas ao valor justo			**447.257**	-		
Total			**887.447**	**1.822.539**		

Algumas debêntures possuem *swap* convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

Taxa efetiva:
(a) De 104,68% a 111,60% do CDI | CDI + de 0,55% a 1,50%
(b) IPCA + 4,66% a 6,31% e CDI + 8,2%

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2022 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R$ 49.408 e os ganhos obtidos não realizados com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R$ 22.695, contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 32), geraram um ganho total líquido não realizado de R$ 72.103.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	**Consolidado**
2029 a 2033	492.988
Total	**492.988**
Marcação a mercado	(49.408)
Total	**443.580**

Notas Explicativas

Adições no exercício

Modalidade Empresa	Montantes R$ mil quantidade emitida	Liberada em 2022	Liberado líquido dos gastos de captação	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Encargo financeiro e taxa efetiva anual
Moeda nacional						
12ª Emissão - CPFL Geração	489.000	489.000	489.000	Semestral	3Parcelas - mai/29, Mai/30 e Mai/31	IPCA+6,0265%
	489.000	**489.000**	**489.000**			

Pré-pagamento:

No ano de 2022, foram liquidados antecipadamente e R$ 194.358 (R$ 11.367 em 31 de dezembro de 2021) de debêntures cujos vencimentos originais eram até novembro de 2023.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia e suas controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características:

18.1 Características

Atualmente vigora, para os funcionários da Companhia através da VIVEST um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

(i) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.

(ii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:

- Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada, e
- As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Adicionalmente para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

CPFL Renováveis

Após a integração da CPFL Renováveis em 2020, parte dos funcionários da controlada CPFL Renováveis passaram a participar do mesmo plano da CPFL Paulista. Para os gestores, há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

Após a integração da CPFL Renováveis em 2020, parte dos funcionários anteriormente vinculados a CPFL Geração, integrada à CPFL Renováveis, permaneceram no plano de origem PPCPFL. Por esta razão, a CPFL Renováveis passou a ser patrocinadora deste plano, que se encontra fechado para novas adesões desde abril de 2020. Para os demais colaboradores, foi mantido o plano na modalidade PGBL administrado pelo Bradesco, sendo este atualmente oferecido aos novos colaboradoras.

18.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	150.383	173.628
Valor justo dos ativos do plano	(119.200)	(125.975)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	**31.183**	**47.653**
Efeito da conversão para dívida financeira*	2.686	-
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	**33.869**	**47.653**

Conforme descrito na nota 18.1, em agosto de 2022 foi iniciado o processo de conversão voluntária de renda vitalícia para renda financeira, com término da adesão em 31 de janeiro de 2023.

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

Passivo	**Consolidado**
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020	**175.300**
Custo do serviço corrente bruto	149
Juros sobre obrigação atuarial	13.019
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(45)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(2.308)
Benefícios pagos no exercício	(12.487)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021	**173.628**
Custo do serviço corrente bruto	34
Juros sobre obrigação atuarial	15.637
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(11.951)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(16.830)
Benefícios pagos no exercício	(10.144)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022	**150.383**

Notas Explicativas

Ativo	Consolidado
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020	**(122.879)**
Rendimento esperado no exercício	(9.141)
Contribuições de patrocinadoras	(5.607)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(834)
Benefícios pagos no exercício	12.487
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2021	**(125.975)**
Rendimento esperado no exercício	(11.515)
Contribuições de participantes vertidas no ano	(8.866)
Contribuições de patrocinadoras	2.146
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	16.830
Benefícios pagos no exercício	8.180
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2022	**(119.200)**

* Conforme descrito na nota 20.1, em agosto de 2022 foi iniciado o processo de conversão voluntária de renda vitalícia para renda financeira, com término da adesão em 31 de janeiro de 2023.

18.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	**47.654**
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	4.878
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercicio	(8.866)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	9
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(11.951)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	2.146
Transferência de dívida atuarial para dívida financeira *	(2.686)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	-
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	**31.184**
Conversão para dívida financeira	2.686
Outras contribuições	125
Total passivo	**33.995**
Circulante	**9.191**
Não Circulante	**24.804**

	Consolidado
Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	**52.419**
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	4.027
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercicio	(5.607)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(45)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(2.308)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(834)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	**47.654**
Outras contribuições	81
Total passivo	**47.735**
Circulante	**7.786**
Não Circulante	**39.949**

* Conforme descrito na nota 20.1, em agosto de 2022 foi iniciado o processo de conversão voluntária de renda vitalícia para renda financeira, com término da adesão em 31 de janeiro de 2023.

Notas Explicativas

18.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2023 estão apresentadas no montante de R$ 10.692.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

2023	13.983
2024	14.672
2025	14.928
2026	15.165
2027 a 2032	94.505
Total	**153.253**

Em 31 de dezembro de 2022, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 8,2 anos para a controlada CPFL Renováveis.

18.5 Reconhecimento das despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2023 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2022 e 2021, são como segue:

	Consolidado
	2023 estimadas
Custo do serviço	19
Juros sobre obrigações atuariais	14.898
Rendimento esperado dos ativos do plano	(12.213)
Total da despesa (receita)	**2.704**

	Consolidado
	2022 realizadas
Custo do serviço	34
Efeito da conversão voluntária de renda*	722
Juros sobre obrigações atuariais	15.637
Rendimento esperado dos ativos do plano	(11.515)
Total da despesa (receita)	**4.878**

	Consolidado
	2021 realizadas
Custo do serviço	149
Juros sobre obrigações atuariais	13.019
Rendimento esperado dos ativos do plano	(9.141)
Total da despesa (receita)	**4.027**

**Refere-se aos três últimos meses de 2021.*

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,48% a.a.(*)	6,40% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

18.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, administrados pela VIVEST. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2023, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2022.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Renda fixa	**75%**	**69%**
Títulos públicos federais	37%	38%
Títulos privados (instituições financeiras)	0%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	1%
Outros investimentos de renda fixa	36%	28%
Renda variável	**17%**	**26%**
Fundos de investimento em ações	17%	26%
Investimentos estruturados	**3%**	**1%**
Fundos de investimento multimercado	3%	1%
Cotados em mercado ativo	**95%**	**96%**
Imóveis	**1%**	**1%**
Operações com participantes	**1%**	**1%**
Outros ativos	**3%**	**2%**
Depósitos judiciais e outros	3%	2%
Não cotados em mercado ativo	**5%**	**4%**
	100%	100%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos dos planos.

Notas Explicativas

	Meta para 2023
	Consolidado
Renda Fixa	83,9%
Renda variável	13,1%
Imóveis	1,4%
Empréstimos e financiamentos	1,4%
Investimentos estruturados	0,2%
Investimentos no exterior	0,0%
	100,00%

A meta de alocação para 2023 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da VIVEST efetuada ao final de 2022 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2023, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de *déficit* atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a VIVEST atingir os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pela Fundação.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

18.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

Notas Explicativas

	Aumento (redução)	Consolidado
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p.	3.111
	+0,25 p.p.	(3.523)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano	(3.971)
	-1 ano	3.261

(*) A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 10,38%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 10,13% a.a. e 10,63% a.a.
(**) A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da Fundação CESP e BREMS sb v.2015 para os planos da Fundação CEEE. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 Risco de investimento

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

Na VIVEST os planos de benefício da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da VIVEST o que ocorre ao menos trimestralmente.

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	272.373	116.214
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	90.419	38.477
Imposto de renda e contribuição social a recolher	**-**	**-**	**362.792**	**154.691**
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	8.306	2.954
Programa de integração social - PIS	369	116	6.996	4.910
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.719	573	32.433	26.235
Outros	347	432	14.731	12.277
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	**2.435**	**1.121**	**62.466**	**46.376**
Total Circulante	**2.436**	**1.121**	**425.258**	**201.067**
Não circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	4.456	4.444
Contribuicao Social a pagar	-	-	876	861
ICMS a pagar	-	-	911	874
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	**-**	**-**	**6.243**	**6.179**
Total Não circulante	**-**	**-**	**6.243**	**6.179**

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

Notas Explicativas

(20) PROVISÕES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas **(20.1)**	332.205	130.445
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos **(20.2)**	144.300	154.859
Total	**476.505**	**285.304**
Circulante	5.687	2.046
Não Circulante	470.818	283.258

20.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	9.460	1.911	9.423	2.534
Cíveis	138.753	4.035	118.885	3.517
Fiscais	183.992	102.770	2.137	11.851
Outros	-	20	-	83
Total	**332.205**	**108.736**	**130.445**	**17.986**

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, está demonstrada a seguir:

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	9.423	668	(597)	(603)	569	-	9.460
Cíveis	118.885	279	(2.559)	(1.314)	22.980	482	138.753
Fiscais	2.137	6.276	(2.119)	(2.407)	1.820	178.285	183.992
Total	**130.445**	**7.223**	**(5.276)**	**(4.324)**	**25.369**	**178.767**	**332.205**

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).

b. **Cíveis – Danos pessoais -** Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

Notas Explicativas

c. **Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS.

d. **Outros:** A rubrica de outros são principalmente ações relacionadas à natureza regulatória.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estavam assim representadas:

	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	Principais causas
Trabalhistas	4.667	3.728	Diferenças salariais, vínculo de terceiros, ações coletivas e cláusulas da CCT.
Cíveis	468.294	277.517	Contratos, meio ambiente e rede.
Fiscais	1.817.811	1.542.248	Imposto de Renda e Contribuição Social.
Fiscais - outros	1.338.931	1.119.007	INSS, PIS, Cofins e ISSQN.
Regulatório	12.977	12.091	Protesto interruptivo de prescrição.
Total	**3.642.680**	**2.860.223**	

Fiscais:

Em 2020, a companhia recebeu um auto de infração no montante de R$ 368.710 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo aos anos-bases 2007 a 2010. As exigências fiscais em questão dizem respeito a (i) amortização do ágio pago na aquisição da SEMESA; (ii) amortização do ágio de Campos Novos e Barra Grande, na determinação da base de cálculo da CSLL, antes da incorporação dessas empresas; e (iii) compensação indevida dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, em virtude de sua utilização em autuações anteriores. A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos, os processos da Companhia foram migrados para a CPFL Renováveis.

Em agosto de 2016 a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração no montante atualizado de R$ 711.102 referente cobrança de IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como possível.

Em 2016 a controlada CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R$ 717.628 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSA Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como possível. A partir de setembro de 2020, em decorrência da integração da CPFL Renováveis em 2020 os processos migraram para a CPFL Renováveis.

Fiscais – outros

Refere-se, principalmente, a cobrança da diferença dos valores recolhidos a título de PIS e COFINS, do período de abril de 2007 a dezembro de 2010, no montante de R$ 558.355, na qual, a companhia recolheu os tributos nos termos instituídos pela Lei n.º 9.718/98 (regime cumulativo) e no entender da fiscalização deveria ter recolhido as aludidas contribuições nos termos instituídos pelas Leis n.º 10.833 e 10.637, em virtude das alterações trazidas pela

Notas Explicativas

Instrução Normativa º 468/2004. A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos, os processos da Companhia foram migrados para a CPFL Renováveis.

Cíveis:

Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais.

Em 2014, a controlada da CPFL Renováveis (Bio Pedra) recebeu um requerimento de arbitragem, no montante atualizado de R$ 217.491, com declaração de inadimplência da Companhia no tocante às obrigações decorrentes do contrato de constituição de consórcio, referente à indenização em razão das perdas relacionadas ao inadimplemento contratual, condenação das requeridas ao pagamento das custas e despesas processuais, honorários despesas com árbitros e custas da arbitragem. Em março de 2023 a Administração tomou conhecimento de decisão adversa à Companhia, sendo que, baseado no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, a administração discorda da cobrança, bem como do valor arbitrado, e entende que o risco de perda é possível.

Trabalhistas:

No tocante às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal decidiu pela aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou alteração material. Assim, a Companhia permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais externos acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

20.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

As provisões para custos socioambientais e desmobilização de ativos referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 9,85 % (8,55% em 31 de dezembro de 2021), baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

	Consolidado				
	31/12/2021	**Pagamentos**	**Efeitos da revisão da taxa de juros**	**Ajuste a valor presente**	**31/12/2022**
Desmobilização de ativos	137.187	-	(22.695)	11.733	126.224
Custos socioambientais	17.672	(1.135)	49	1.490	18.076
Total	**154.859**	**(1.135)**	**(22.646)**	**13.223**	**144.300**
Circulante	2.046				5.687
Não Circulante	152.812				138.613

Notas Explicativas

	Consolidado					
	31/12/2020	Adições	Pagamentos	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	31/12/2021
Desmobilização de ativos	184.829	5.863	-	(66.940)	13.434	137.187
Custos socioambientais	20.071	2.829	(1.722)	(4.593)	1.087	17.672
Total	**204.900**	**8.692**	**(1.722)**	**(71.533)**	**14.521**	**154.859**
Circulante	19.946					2.046
Não Circulante	184.954					152.812

(21) USO DO BEM PÚBLICO

	Consolidado			
Empresa	31/12/2022	31/12/2021	Quantidade de parcelas restantes	Taxa de juros
CERAN	162.784	157.330	202	IGP-M + 9,6% a.a.
ENERCAN	45.901	-	192	IGP-M + 9,6% a.a.
Circulante	23.884	16.212		
Não circulante	184.802	141.118		

(22) ADIANTAMENTOS

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de
, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Biomassa	-	-	12.659	7.784
Eólicas	-	-	643.815	356.839
Pequenas Centrais Hidrelétricas	-	-	91.659	88.285
Outros	2.061	704	2.061	704
	2.061	**704**	**750.194**	**453.612**
Total do circulante	**1.856**	**382**	**633.482**	**410.420**
Total do não circulante	**205**	**322**	**116.711**	**43.192**

Notas Explicativas

(23) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Consumidores e concessionárias	735	97	-	-	3.705	2.254	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	4.636	1.261	19.058	11.996
FNDCT (*)	-	-	-	-	1.343	406	-	-
Folha de pagamento	398	327	-	-	3.193	2.428	-	-
Participação nos lucros	1.353	1.050	328	153	15.099	13.986	2.862	1.171
Passivo de arrendamento	70	-	-	-	3.523	-	67.085	-
Outros	972	636	-	-	66.035	54.173	10.114	1.657
Total	**3.528**	**2.111**	**328**	**153**	**97.534**	**74.508**	**99.120**	**14.824**

(*) FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Adiantamentos: refere-se substancialmente a adiantamento de clientes relativo ao faturamento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço.

Passivo de arrendamento: Refere-se, principalmente, ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo passivo de arrendamento no Consolidado é de R $ 70.518, sendo R$ 3.433 e R$ 67.085 no Curto e Longo prazo, respectivamente. A taxa anual média ponderada de empréstimos aplicada em 2022 no Consolidado foi de 14,6%, com vencimento médio ponderado de 90 meses.

(24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, representado por 225.137.769 mil ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

24.1 – Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para a Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2022, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida alcançou 1,87 vezes o EBITDA em 2022 (2,13 vezes em 2021) menor do que no ano anterior, no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política do grupo é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado.

24.2 – Reserva de capital

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 105.802, que compreende: i) R$ 180.453 pela combinação de negócios com a DESA; ii) saldo devedor de R$ 73.273, referente a variações de participação societária na CPFL Renováveis e iii) saldo devedor de R$ 1.378 referente ao pagamento de minoritários.

De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas

24.3 – Reservas de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 1.805.131 que compreende: i) Reserva Legal de R$ 337.143, ii) Reserva de Lucros a Realizar de R$ 663.116, referente ao ajuste a valor de mercado da compra da Enercan e iii) Reserva de Reforço de Capital de Giro R$ 804.872.

Adicionalmente, em função da aplicação do CPC 47 Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações na reserva poderão ser realizadas durante o exercício de 2023, mediante aprovação da Administração

23.4 – Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

(i) Custo atribuído: Refere-se ao registro da mais valia do custo atribuído ao imobilizado, no montante de R$ 134.759.

(ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R$ 24.223 (líquido de imposto de renda e contribuição social) corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2);

24.5 – Dividendo e Juros sobre Capital Próprio

Em 28 de abril de 2022 foi aprovado em assembleia geral extraordinária a declaração de dividendos adicionais proposto no montante de R$ 1.170.399.

Em 05 de outubro de 2022 e 27 de outubro de 2022 foi aprovado em assembleia geral extraordinária a declaração de dividendos no montante de R$ 225.000 e R$ 100.000, utilizando-se do saldo da Reserva Reforço de capital de giro.

Em 12 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2022 foi aprovado em assembleia geral extraordinária, a declaração de dividendos e juros sobre capital próprio conforme segue: i) dividendos intermediários no montante de R$ 110.000 a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022; ii) dividendos no montante de R$ 228.045, utilizando-se do saldo da Reserva Reforço de capital de giro; e iii) Juros sobre o capital próprio no montante de R$ 7.650, líquido de impostos, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022.

Foram pagos em 2021 o montante de R$ 1.833.444 a título de dividendos.

24.6 – Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2022
Lucro líquido do exercício	**2.042.978**
Realização do resultado abrangente	13.716
Lucro líquido base para destinação	**2.056.694**
Dividendo intermediário	(110.000)
Juros sobre capital próprio intermediário	(9.000)
Base para destinação	**1.937.694**
Constituição de reserva legal	(102.149)
Dividendo mínimo obrigatório	(367.557)
Reserva de lucros a realizar	(663.116)
Constituição de reserva de capital de giro	(804.872)

Notas Explicativas

24.7 – Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2022	2021
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	2.042.978	1.217.513
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	225.137.769.366	225.137.769.366
Lucro por lote de mil ações	**9,07**	**5,41**

(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R$ mil		GWh		R$ mil	
Receita de operações com energia elétrica	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Classe de consumidores								
Industrial	-	-	-	-	-	1	-	200
Comercial	-	-	-	-	3	39	1.302	13.494
Fornecimento de energia elétrica	**-**	**-**	**-**	**-**	**3**	**40**	**1.302**	**13.695**
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	-	-	2.394	3.111	917.507	777.326
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	552	415	248.313	56.312	11.273	10.940	3.534.841	3.117.514
Energia elétrica de curto prazo	-	1	-	1.020	1.627	1.025	42.725	147.802
Suprimento de energia elétrica	**552**	**416**	**248.313**	**57.332**	**15.294**	**15.075**	**4.495.073**	**4.042.642**
Receita de construção da infraestrutura de concessão	-	-	-	-			394.299	280.556
Outras receitas e rendas	-	-	37.233	62.370			241.054	126.214
Outras receitas operacionais	**-**	**-**	**37.233**	**62.370**			**635.353**	**406.770**
Total da receita operacional bruta	**552**	**416**	**285.546**	**119.702**			**5.131.727**	**4.463.107**
Deduções da receita operacional								
ICMS			-	-			(1.576)	(1.481)
PIS			(4.712)	(1.965)			(59.552)	(50.088)
COFINS			(21.702)	(9.050)			(274.386)	(230.872)
ISS			(546)	(468)			(718)	(468)
Reserva global de reversão - RGR			-	-			(408)	(174)
Programa de P & D e eficiência energética			-	-			(4.902)	(3.931)
Compensação financeira pela utilização de recursos hidricos - CFURH			-	-			(15.237)	(6.976)
Outros			-	-			(9.500)	(8.909)
			(26.959)	**(11.483)**			**(366.280)**	**(302.899)**
Receita operacional líquida			**258.587**	**108.219**			**4.765.448**	**4.160.208**

No exercício de 2022, do montante total de R$ 241.054 (R$ 126.214 em 2021) apresentado na rubrica de outras receitas e rendas constam R$ 178.841 (R$ 55.353 em 2021) referentes a remuneração do ativo contratual das transmissoras.

Notas Explicativas

(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R$ mil		GWh		R$ mil	
Energia comprada para revenda	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Energia de curto prazo	25	7	1.474	965	1.805	1.543	65.169	199.355
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	552	417	79.532	64.542	4.251	2.420	283.775	327.607
Aporte CDE - Decreto 7.945/13	-	-	-	-	-	-	-	(125.940)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(7.493)	(5.980)	-	-	(23.728)	(29.300)
Subtotal	**577**	**424**	**73.512**	**59.526**	**6.056**	**3.963**	**325.216**	**371.722**
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição								
Encargos da rede básica			-	-			134.494	108.548
Encargos de conexão			-	-			14.179	12.291
Encargos de uso do sistema de distribuição			-	-			40.188	32.545
Encargos de serviço do sistema - ESS			-	-			132	(10.473)
Encargos de energia de reserva - EER			-	-			48	(13)
Crédito de PIS e COFINS			-	-			(7.713)	(5.615)
Subtotal			**-**	**-**			**181.326**	**137.284**
Total			**73.512**	**59.526**			**533.020**	**509.006**

No exercício de 2021 foram registrados créditos em energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo de R$ 176.320 relacionados a repactuação do GSF, conforme nota 14.1.

(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	2022							
			Despesas Operacionais					
	Custo com operação		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Pessoal	10.588	8.654	5.798	3.585	-	-	16.386	12.188
Entidade de previdência privada	85	1	-	-	-	-	85	1
Material	2	6	270	119	-	-	272	176
Serviços de terceiros	793	576	5.793	5.141	-	-	6.586	5.717
Outros	698	482	150	1.042	(669.983)	39	(669.135)	1.564
Arrendamentos e aluguéis	637	457	523	293	-	-	1.160	750
Publicidade e propaganda	-	-	46	6	-	-	46	6
Legais, judiciais e indenizações	-	-	38	1	-	-	38	1
Doações, contribuições e subvenções	-	-	(947)	-	-	-	(947)	-
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (a)	-	-	-	-	(670.016)	-	(670.016)	-
Outros	61	25	490	741	33	39	584	805
Total	**12.166**	**9.719**	**12.010**	**9.886**	**(669.983)**	**39**	**(645.807)**	**19.644**

(a) Refere-se ao registro do ganho oriundo da aquisição da Enercan. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 12.5.1.

	Consolidado									
	2022									
					Despesas Operacionais					
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Pessoal	76.998	66.190	-	-	94.502	74.604	-	-	171.500	140.794
Entidade de previdência privada	4.092	4.030	-	-	-	-	-	-	4.092	4.030
Material	26.528	27.483	-	-	5.628	4.262	-	-	32.156	31.744
Serviços de terceiros	166.167	157.281	-	-	74.478	66.801	-	-	240.646	224.083
Custos com construção da infraestrutura	-	-	384.544	455.702	-	-	-	-	384.544	455.702
Outros	72.067	55.358	-	-	24.257	87.658	(651.262)	41.890	(554.940)	184.906
Arrendamentos e aluguéis	25.579	26.149	-	-	8.827	6.440	-	-	34.406	32.589
Publicidade e propaganda	2	10	-	-	2.672	1.919	-	-	2.674	1.929
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	2.430	70.575	-	-	2.430	70.575
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	(1.405)	1.502	-	-	(1.405)	1.502
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (a)	-	-	-	-	-	-	(652.114)	10.473	(652.114)	10.471
Amortização de prêmio pago - GSF	20.303	18.446	-	-	-	-	-	-	20.303	18.446
Outros	26.183	10.753	-	-	11.734	7.222	852	31.417	38.767	49.392
Total	**345.852**	**310.342**	**384.544**	**455.702**	**198.865**	**233.325**	**(651.262)**	**41.890**	**277.998**	**1.041.260**

(a) Refere-se ao ganho oriundo da aquisição da Enercan. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 12.5.1.

Notas Explicativas

(28) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	19.512	12.747	150.953	55.224
Acréscimos e multas moratórias	479	-	896	952
Atualização de créditos fiscais	375	48	633	2.709
Atualização de depósitos judiciais	-	-	2.667	915
Atualizações monetárias e cambiais	2.285	13.762	2.556	14.483
Juros sobre contratos de mútuo	3.779	20.611	2.154	19.318
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.232)	(1.677)	(4.069)	(3.427)
Receitas decorrentes de liquidação CCEE	541	2.297	2.711	26.584
Outros	-	-	13.790	12.564
Total	**25.739**	**47.789**	**172.290**	**129.322**
Despesas				
Encargos de dívidas	(113.267)	(36.383)	(275.366)	(166.583)
Atualizações monetárias e cambiais	(51.998)	(11.258)	(136.515)	(62.862)
(-) Juros capitalizados	-	-	-	5.216
Uso do Bem Público - UBP	-	-	(23.115)	(32.794)
Juros sobre contratos de mútuo	-	-	(287.800)	(112.631)
Outros	(165)	(16)	(72.937)	(40.470)
Total	**(165.430)**	**(47.656)**	**(795.733)**	**(410.123)**
Resultado financeiro	**(139.691)**	**133**	**(623.443)**	**(280.801)**

Na controlada CPFL Renováveis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve juros capitalizados sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23, (R$ 5.216 em 2021).

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos com instrumentos derivativos, sendo apurado um ganho no montante de R$ 177.131 (ganho de R$ 16.016 em 2021) (nota 32).

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2021 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

  Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

  Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

a) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da

Notas Explicativas

Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.

b) **Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.

c) **Adiantamentos** – Referem-se a adiantamentos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

d) **Mútuos –** (i) O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R$ 2.355.825 (R$ 2.116.304 em 31 de dezembro de 2021), refere-se substancialmente ao mútuo entre a CPFL Renováveis e a controladora State Grid Brazil Power-SGBP, com vencimento até junho de 2024 e remunerado a CDI + 1,1% a.a.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à VIVEST, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 Entidade de Previdência Privada.

A controladora, CPFL Energia, possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o exercício de 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1), foi de R$ 7.630 (R$ 3.300 em 2021). Este valor é composto por R$ 6.849 (R$ 4.312 em de 2021) referente a benefícios de curto prazo e R$ 88 (R$ 184 em 2021) de benefícios pós-emprego e por outros benefícios de longo prazo R$ 694 (redução de R$ 1.197 em 2021), e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:

	Ativo	Passivo		Receita		Despesa/custo	
Empresas	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Alocação de despesas entre empresas							
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	-	-	-	(156)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio		-					-
Campos Novos Energia S.A.	68.125	-	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço							-
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	163	-	-	2.570	2.170	-	-
Chapecoense Geração	-	-	-	2.511	-	-	-
Foz do Chapecó Energia S.A.	2	-	-	-	2.326	-	-
Campos Novos Energia S.A.	3	-	-	-	2.385	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraiba	-	-	-	-	2	-	-
Compra e venda de energia e encargos							-
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	-	212	192	-	-
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	-	-	-	11	-	-	-
Campos Novos Energia S.A.	3	-	-	8	-	-	-
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	-	12.286	15.738
Contrato de Mútuo					-		-
State Grid Brazil	-	2.355.825	2.116.304	-	-	-	-

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
Empresas	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Alocação de despesas entre empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	19	1.995	11	4.042	-	-	778	107
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	1.292	-	3.514	-	-	50	27
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	52	-	240	-	-	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	1.222	-	311	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	-	3.663	-	576	-	-	-	-
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	377	-	-	-	3.956	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	2	3	-	-	-	-	(20)	39
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comé	19	42	5	918	-	-	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento	6	27	-	-	-	-	(82)	80
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	11	20	62	-	-	-	(82)	80
Nect Ser Adm Rec Hum Ltda	2	92	-	-	-	-	(20)	20
Nect Ser Adm Financ Ltda	2	70	-	-	-	-	(20)	465
Nect Ser Adm Sup Log Ltda	2	80	-	-	-	-	(20)	34
CPFL Transmissão	253	-	-	-	-	-	(1.517)	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	191	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel		-				-		-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	545	3	-	752	37
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	84	-	-	310	-
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	950	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio	-	90	-	-	-	-	-	-
Contrato de Mútuo		-				-		-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	8.960	-	-	17.607	667	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	9.447	-	-	1.714	375
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	14.581	15.339	-	-	-	609
Dividendos/Juros sobre o capital próprio		-				-		-
CPFL Energia S.A.	-	-	375.207	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço		-				-		-
CPFL Energia S.A.	-	166	-	53	-	-	-	-
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	1.094	-	-	-	2.955	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	40.749	-	3.401	-	3	17	244
Companhia Piratininga de Força e Luz	3	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Jaguari de Energia	1	7.461	-	114	-	-	2	2
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comé	284	10.759	888	73.006	44.104	-	44.907	23.512
Nect Serviços Administrativos Ltda.	13	595	90	2.687	20	-	711	667
Nect Ser Adm Rec Hum Ltda	-	436	251	9.681	145	-	1.596	1.448
Nect Ser Adm Financ Ltda	685	33	1.830	16.759	1.499	-	12.674	10.820
Nect Ser Adm Sup Log Ltda	26	462	227	2.115	42	-	481	232
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	(2)	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	(2)	-
CPFL Transmissão	-	-	-	-	-	-	130	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	5	-	1.218	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos						-		-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	43.090	46.577	-	565.329	632.772	571.712	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	40.216	51.307	911	207.377	429.704	229.929	32.904	1.319
Companhia Piratininga de Força e Luz	20.765	28.319	-	-	210.021	112.359	43	-
Companhia Jaguari de Energia	390	3.124	-	-	1.797	9.465	1.992	494
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	-	-	-	-	-	-	2
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	507	900	13	12	4.598	4.571	212	32
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	-	-	-	1	-	-
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	7	-	3	-
CPFL Transmissão	-	-	58	-	-	-	1.453	-
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	9	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	11	-
Adiantamentos de clientes		-				-		-
Companhia Jaguari de Energia	-	-	938	638	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio	-	-	45	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	4.543	3.113	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	44.517	47.081	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	5.485	3.982	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia	-	-	2.802	1.918	-	-	-	-
Outras operações financeiras		-						-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	161	47	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	43	-	-	-

Notas Explicativas

(30) SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2022
Ativo Fixo	Riscos Operacionais , Lucros Cessantes, Riscos Nomeados, Riscos de Engenharia e Multirrisco	3.987.057
Transporte	Transporte nacional	26.616
Responsabilidade civil	Geral, Obras Civis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia	390.674
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	178.141
Garantia	Seguro Garantia	1.074.947
Outros	Outros	150.000
Total		**5.807.434**

Determinadas apólices para cobertura de ativo fixo e de responsabilidade civil são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida, de acordo com critérios definidos pela Administração.

(31) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem, principalmente, geração de energia elétrica, transmissão e comercialização de energia.

Estrutura do gerenciamento de risco

No Grupo CPFL, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites.
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração.
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los;
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;

Notas Explicativas

- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados.
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e;
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;

- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;

- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia para deliberação;

- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Risco e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;

- Submeter ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo CPFL, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar, dos contratos de venda de energia do empreendimento controlado em conjunto, ENERCAN. A exposição relativa captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2022 observou-se uma hidrologia favorável, o que possibilitou a recuperação dos reservatórios das usinas hidrelétricas em todo país que haviam iniciado o ano com volumes reduzidos devido à condição adversa de 2021..

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Para os contratos de construção de companhias de transmissão firmados em 2019, a Companhia também está exposta a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de *commodities* e de insumos, tais como o alumínio necessário para a etapa de construção. Em linha com a sua política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco podem ser utilizadas para reduzir esta volatilidade no fluxo de caixa. Essas estratégias de mitigação podem incorporar instrumentos derivativos, predominantemente operações a termo, futuros e opções.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software* Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas Explicativas

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	Controladora 31/12/2022 Contábil	Controladora 31/12/2022 Valor Justo	Consolidado 31/12/2022 Contábil	Consolidado 31/12/2022 Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	66.726	66.726	801.084	801.084
Titulos e valores mobiliarios		(a)	Nível 1	-	-	208.886	208.886
Derivativos	32	(a)	Nível 2	-	-	15.908	15.908
Total				**66.727**	**66.727**	**1.025.879**	**1.025.879**
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	408.168	407.453	1.129.534	1.160.053
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	407.377	407.377	845.147	845.147
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	275.634	275.878	440.190	440.211
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	447.257	447.257	447.257	447.257
Derivativos	32	(a)	Nível 2	68.933	68.933	78.888	78.888
Total				**1.607.369**	**1.606.898**	**2.941.016**	**2.971.556**

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R$ 34.938 em 31 de dezembro de 2022 (um ganho de R$ 20.162 em 31 de dezembro de 2021).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) arrendamentos; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros e (v) mútuo entre coligadas, controladas e controladora.

- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (vi) contas a pagar de aquisição de negócios e (vii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora.

Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Contratos a termo e futuros são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas nas bolsas onde esses ativos são negociados, ou outros provedores de preços de mercado. Quando não há preço para o vencimento desejado, são utilizadas interpolações entre os vencimentos disponíveis

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os

Notas Explicativas

derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possui prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting)* para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas detinham as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

	Valores de mercado (contábil)								
Estratégia	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos [1]	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	15.908	(55.433)	(39.525)	(4.592)	(34.933)	US$ + de (2,07% a 3,29%)	104,85% do CDI ou CDI + 0,8%	abr/21 a fev/25	232.705
	15.908	**(55.433)**	**(39.525)**	**(4.592)**	**(34.933)**				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	-	(23.455)	(23.455)	(760)	(22.695)				
Total	**15.908**	**(78.888)**	**(62.981)**	**(5.352)**	**(57.628)**				
Circulante	**-**	**(45.478)**							
Não circulante	**15.908**	**(33.410)**							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

(2) Devido às características destes derivativos, o nocional está apresentado em dólar norte-americano.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
Derivativos	**Saldo em 31/12/2021**	**Atualização monetária e cambial e marcação a mercado**	**Liquidação**	**Saldo em 31/12/2022**
Para dívidas designadas a valor justo	39.664	(133.308)	88.290	(5.353)
Outros (*zero cost collar*)	356	(517)	161	-
Marcação a mercado (*)	(14.321)	(43.307)	-	(57.628)
Total	**25.699**	**(177.132)**	**88.451**	**(62.981)**
Ativo - circulante	**508**			**-**
Ativo - não circulante	**27.725**			**15.908**
Passivo - circulante	**(990)**			**(45.478)**
Passivo - não circulante	**(1.544)**			**(33.410)**

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2022 referente aos ajustes ao valor justo (marcação a mercado) dos derivativos são: (i) perda de R$ 44.297 para as dívidas designadas a valor justo e (ii) ganho de R$ 990 para outros derivativos (zero cost collar e termo de mercadoria).

Notas Explicativas

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2021 e 2022, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente
Risco protegido / operação	**2022**	**2021**	**2021**
Variação de taxas de juros	(18.239)	-	-
Marcação a mercado	(22.695)	-	-
Variação cambial	(115.585)	32.835	-
Marcação a mercado	(20.612)	(16.819)	31
Total	**(177.131)**	**16.016**	**31**

a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia e suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2022 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Notas Explicativas

			Consolidado		
			Receita (despesa) no resultado		
Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25% (c)	Apreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(845.147)		(67.868)	160.386	388.639
Derivativos - *swap plain vanilla*	852.509		68.460	(161.783)	(392.025)
	7.362	baixa dolar	**592**	**(1.397)**	**(3.386)**
Total	**7.362**		**592**	**(1.397)**	**(3.386)**
Efeitos no resultado do período			**592**	**(1.397)**	**(3.386)**

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2022 foi de R$ 5,22 para o dólar.
(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R$ 5,64 e a depreciação cambial de 8,03%, referente ao dólar em 31.12.2022.
(c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar, portanto o câmbio e depreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

					Consolidado		
					Receita (despesa) no resultado		
Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no exercício	taxa Cenário provável (a)	Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	830.687				115.715	144.643	173.572
Instrumentos financeiros passivos	(3.284.129)				(457.479)	(571.849)	(686.219)
- *swap plain vanilla*	(1.418.393)				(197.582)	(246.978)	(296.373)
	(3.871.835)	alta CDI	**13,65%**	**13,93%**	**(539.346)**	**(674.184)**	**(809.020)**
Instrumentos financeiros passivos	(221.938)				(14.071)	(17.589)	(21.106)
- *swap plain vanilla*	(162.784)				(10.321)	(12.901)	(15.481)
	(384.722)	alta IGP-M	**5,45%**	**6,34%**	**(24.392)**	**(30.490)**	**(36.587)**
Instrumentos financeiros passivos	(379.363)				(27.959)	(34.949)	(41.939)
	(379.363)	alta TJLP	**6,78%**	**7,37%**	**(27.959)**	**(34.949)**	**(41.939)**
Instrumentos financeiros passivos	(723.316)				(47.667)	(35.750)	(23.833)
	(220.413)	alta IPCA	**5,79%**	**6,59%**	**(14.526)**	**(10.894)**	**(7.262)**
Total	**(4.856.333)**				**(606.223)**	**(750.517)**	**(894.808)**
Efeitos no resultado abrangente acumulado					**-**	**-**	**-**
Efeitos no resultado do período					**(606.223)**	**(750.517)**	**(894.808)**

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.
(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

Notas Explicativas

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7.

Contas a receber - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos de Valores Mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o exercício de 2022 e exercício de 2021 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

e) Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas (nota 32). A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2022	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	10.765	3	-	1.017	-	11.785
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	-	-	493.677	449.421	-	943.098
Derivativos	32	-	-	45.478	-	23.455	68.933
Debêntures - principal e encargos	17	-	-	341.486	94.460	541.725	1.057.578
Outros	22	4	731	-	-	-	735
Total		**10.769**	**734**	**880.641**	**544.898**	**565.180**	**2.082.129**

Notas Explicativas

(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Transações oriundas de combinações de negócios	-			
Imobilizado adquirido por combinação de negócios	-	-	2.127.838	-
Intangível adquirido por combinação de negócios, líquido dos efeitos tribu	-	-	237.926	-
Impostos diferidos sobre combinação de negócios	-	-	(41.962)	-
Outros ativos líquidos adquiridos por combinação de negócios	-	-	(347.153)	-
	-	-	1.976.649	-
Caixa Adquirido na Combinação de Negócios	-	-	147.351	-
Outras Transações				
Transferência entre imobilizado/intangível e outros ativos	-	-	2.124	1.877
Adiantamento para futuro aumento de capital integralizados	272.300	200.500	-	-
Perda em participação sem alteração no controle	391	(1.205)	769	1.373
Reversão de custos socioambientais e desmobilização de ativos	-	-	22.437	70.507

(34) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia e suas empresas controladas relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2022, são como segue:

Controladas

		Consolidado				
Obrigações contratuais em 31/12/2022	**Duração**	**Menos de 1 ano**	**1-3 anos**	**4-5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Encargos de Transmissão e Distribuição	até 30 anos	264.069	589.708	661.993	7.758.182	9.273.953
Repactuação do Risco Hidrológico	até 25 anos	53.315	108.849	106.850	206.031	475.045
Projetos de construção de usina	até 12 anos	124.408	56.363	51.859	72.442	305.072
Fornecedores de materiais e serviços	até 12 anos	124.270	234.798	228.206	480.724	1.067.998
Total		**566.063**	**989.718**	**1.048.908**	**8.517.380**	**11.122.069**

Empreendimentos controlados em conjunto

		Controladas em conjunto				
Obrigações contratuais em 31/12/2022	**Duração**	**Menos de 1 ano**	**1-3 anos**	**4-5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Projetos de construção de usina	até 2 anos	10.794	5.574	-	-	16.368
Encargos de Transmissão e Distribuição	até 14 anos	93.654	172.385	155.009	763.037	1.184.086
Repactuação do Risco Hidrológico	até 14 anos	70.102	140.396	137.444	309.478	657.420
Fornecedores de materiais e serviços	até 2 anos	8.118	4.715	-	-	12.833
		182.669	**323.071**	**292.453**	**1.072.515**	**1.870.707**

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

(35) EVENTOS SUBSEQUENTES

35.1 Conversão de renda vitalícia para financeira

Encerrou-se em 31 de janeiro de 2023 o prazo para conversão voluntária de renda vitalícia para financeira para os planos previdenciários da controlada CPFL Renováveis (vide nota 18.1). O percentual de conversão consolidado foi de 9% e os impactos finais desse processo ainda estão em fase de mensuração pelas controladas.

Notas Explicativas

35.2 Decisão do STF sobre causas tributárias

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade.

Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia, mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI
Presidente

TIAGO DA COSTA PARREIRA
Conselheiro

CARLOS ALBERTO DUARTE NOGUEIRA
Conselheiro

FUTAO HUANG
Conselheiro

DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro e de RI

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor Regulatório e de Gestão de Energia

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

FRANCISCO JOÃO DI MASE GALVÃO JUNIOR
Diretor de Operações

BRUNO MONTE
Diretor de Engenharia

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Contábeis
CRC 1SP321353/O-4

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

CPFL Geração de Energia S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
CPFL Geração de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CPFL Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Geração de Energia S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Geração de Energia S.A. e da CPFL Geração de Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do
exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como
um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Combinação de negócios - aquisição de ações da Campos Novos Energia S.A. (Notas 1 e 12.4)

Em 17 de novembro de 2022, a Companhia adquiriu o controle da Campos Novos Energia S.A. ("Enercan"), após a compra de participação adicional de 3,39% de seu capital social, passando a deter 52,12% de participação acionária total no capital social da investida. Por se tratar de uma combinação de negócios realizada em estágios, foi apurado, além do ágio, ganho na remensuração a valor justo da participação anteriormente detida, sendo esse ganho reconhecido no resultado do exercício.

O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo nessa combinação de negócios envolveu a contratação de especialistas externos pela administração e o exercício de julgamentos e uso de estimativas críticas. As estimativas utilizaram dados e premissas subjetivas, tais como a taxa de desconto, taxa de crescimento e projeção de receitas e margens operacionais da companhia adquirida, com impacto significativo nas mensurações a valor justo e, consequentemente na apuração do ágio e do ganho na remensuração da participação anteriormente detida. Por essas razões, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria. Efetuamos, entre outros procedimentos, a leitura do acordo de acionistas e dos principais documentos que suportam a transação, bem como realizamos reuniões com a administração, com os assessores jurídicos e com os especialistas externos da Companhia para entendimento da transação e dos respectivos impactos contábeis relacionados com

a aquisição de controle.

Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios em estágios. Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e das principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, comparando-as com informações históricas disponíveis ou com dados observáveis de mercado e/ou do segmento de atuação.

Verificamos ainda os principais impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, bem como efetuamos a leitura das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os julgamentos e as premissas utilizadas são razoáveis, e as informações divulgadas nas demonstrações financeiras são consistentes com dados e informações obtidas e analisadas em nossa auditoria.

Avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados (Nota 13)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R$ 10.145.475 mil, referente a ativos imobilizados, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública. Para esses ativos, a Companhia avalia, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que eles possam ter sofrido impairment. Havendo indicativo, a Companhia estima o seu valor recuperável.

A Administração efetuou, em 2022, a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados devido a existência de indicadores de perdas por impairment para determinadas UGCs. O valor recuperável foi determinado pela administração pelo valor estimado em uso, calculado com base no método de income approach. Não foram identificadas perdas por impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, tais como quantidade física de energia, preços contratados e taxa de desconto. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração nas demonstrações financeiras. Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, a discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.

Efetuamos entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções.

Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa para determinadas UGCs com indicativos de impairment, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções tais como quantidade física de energia, preços contratados e taxa de desconto, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Efetuamos também análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários, e leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os critérios e premissas utilizadas pela administração da Companhia para a determinação do valor recuperável dos ativos imobilizados, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas, são consistentes comas informações e dados obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 17 de março de 2022, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que,

eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Geração de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632, Jardim Professora Tarcília - CEP: 13087-397 - Campinas - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº. 03.953.509/0001-47, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da CPFL Geração de Energia S.A., de 31 de dezembro de 2022;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da CPFL Geração de Energia S.A., de 31 de dezembro de 2022.

Campinas, 15 de março de 2023.

Ricardo Fernando Ferreira
Gerente de Serviços Contábeis
Accountant
CRC: 1SP321353/O-4
CPF: 400.474.638-80

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Chief Financial and Investor Relations Officer
CPF: 061.539.517-16

XinJian Chen
Diretor Presidente
Chief Executive Officer
CPF: 239.885.728-02

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Geração de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632, Jardim Professora Tarcília - CEP: 13087-397 - Campinas - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº. 03.953.509/0001-47, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da CPFL Geração de Energia S.A., de 31 de dezembro de 2022;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da CPFL Geração de Energia S.A., de 31 de dezembro de 2022.

Campinas, 15 de março de 2023.

Ricardo Fernando Ferreira
Gerente de Serviços Contábeis
Accountant
CRC: 1SP321353/O-4
CPF: 400.474.638-80

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Chief Financial and Investor Relations Officer
CPF: 061.539.517-16

XinJian Chen
Diretor Presidente
Chief Executive Officer
CPF: 239.885.728-02